

# Capítulo III

## Rádios 'piratas' e jornalismo radiofónico na década 80: rupturas e continuidades

*'Pirate' radios and radio journalism in the 80's:  
ruptures and continuities*

Ana Isabel Reis

Universidade do Porto/CITCEM  
anaisabelreis@gmail.com  
ORCID ID: 0000-0002-9335-4574  
Ciência ID: A01D-8BD1-35Fo

**Resumo:** Os anos 80 do século XX representaram uma transformação no panorama radiofónico português com o surgimento das rádios piratas ou livres. Ao longo da década, as novas emissoras que emitiam à margem da lei encontraram o seu espaço e afirmaram-se como porta-vozes das populações. Entre as centenas de rádios que emitiram em todo o país há exemplos de rádios amadoras e voluntaristas, de projetos mais estruturados, e de rádios inteiramente profissionais que não se reviam na classificação de rádios piratas e que conquistaram o seu espaço como concorrentes das rádios nacionais. Se algumas reproduziram o que ouviam nas estações nacionais, outras romperam com os cânones estabelecidos e inovaram. O ensino do radiojornalismo acompanhou todo este processo. As piratas foram o motor do surgimento de cursos na área. Neste capítulo concluímos que a rádio e o jornalismo radiofónico mudaram com as piratas e identificamos 8 campos que correspondem ao que mudou na forma de fazer jornalismo, e de como estas rádios foram uma ‘escola’ para uma geração.

**Palavras-Chave:** Rádios piratas, rádios livres, jornalismo radiofónico, ensino radiojornalismo

**Abstract:** The 1980s of the twentieth century represented a transformation in the Portuguese radio panorama with the emergence of pirate radio or free radio. Over the decade, illegal broadcasters found their space and asserted themselves as a voice for the population. Among the hundreds of radio stations broadcasting throughout the country, there are examples of amateur and voluntary radio stations, more structured projects, and entirely professional radio stations that do not claim to be as pirate radio stations. If some reproduced what they heard on national stations, others broke with established canons and innovated. The teaching of radio journalism accompanied this entire process. Pirates were the engine for the emergence of courses in the area. In this chapter we conclude that radio and radio journalism changed with the pirates and we identify 8 points that correspond to what changed in the way of doing journalism and how these radios were a ‘school’ for a generation.

**Keywords:** Pirate radio, radio journalism, free radio, teaching radio journalism

## Introdução

As rádios piratas ou livres foram fruto de um contexto único económico, político, mediático, social e cultural que espelham o país dos anos 80. Estas emissoras marcaram a história da rádio em Portugal e foram agentes de mudança a diferentes níveis. As mudanças não surgiram, espontaneamente, apenas na década de 80 e no palco das emissoras ilegais, mas tiveram raízes no que se fazia nas rádios nacionais nos anos 60 e 70 e numa ideia de rádio e de jornalismo radiofónico de uma geração que não se revia na rádio da época. Neste capítulo, damos conta desse percurso que culminou no movimento das rádios piratas ou livres.

Os estudos feitos até agora evidenciam um marco antes e pós piratas (Santos; Ribeiro; Cordeiro; Bonixe; Carvalho; Oliveira; Costa e Silva; Azevedo; Cerejo; Reis). Assim, partimos da ideia prévia de que as rádios piratas mudaram a rádio em Portugal para questionar como transformaram o jornalismo radiofónico. Nesse sentido, foi feita uma revisão bibliográfica do tema, consultados jornais da época, reportagens, entrevistas e documentários publicados posteriormente na imprensa, rádio, televisão e no online. No entanto, a principal fonte de informação são as entrevistas a profissionais que, na época, integraram os projetos piratas. O objetivo não foi o de recolher o maior número possível de testemunhos, mas o de ouvir exemplos que espelhassem a diversidade geográfica das rádios que tivessem maior pendor

jornalístico nas suas emissões. As entrevistas seguiram o modelo de pergunta aberta para melhor registar e compreender as particularidades de cada entrevistado ou exemplo.

Das rádios mais amadoras às mais profissionais, de alguma forma, todas contribuíram para outra conceção de fazer rádio e jornalismo, porém os grandes projetos são os que preconizam as grandes mudanças, as ensaiam e aplicam de forma estruturada, rigorosa e profissional. A TSF destaca-se como principal agente das mudanças.

Ao percorrer os estudos académicos sobre a TSF, Bonixe justifica o interesse que a emissora tem suscitado com o facto de a influência da TSF ter ido além do espectro radiofónico, modificando também “o ritmo de reação dos outros média e também de alguns setores da sociedade, em particular, no campo político” (Bonixe, 2013, p.916).

Neste estudo, as perceções recolhidas permitem-nos concluir quais as mudanças produzidas no jornalismo radiofónico e como se desenvolveram. Elencamos 8 campos em que se produziram mudanças, ou seja, 8 pontos que se intersectam e influenciam mutuamente a nível dos formatos, conteúdos, práticas jornalísticas e de comunicação, e das sonoridades. Abordamos ainda o ensino do radiojornalismo em Portugal, já que muitos dos cursos profissionais se desenvolveram nesta década, paralelamente ou em articulação com estas rádios. Mas também porque as mudanças verificadas foram sendo apreendidas na prática do dia-a-dia por uma nova geração que entra no jornalismo por via das piratas. A aprendizagem deu-se mais por tentativa-erro do que em cursos organizados e estruturados, sendo que as piratas acabaram por ser uma ‘escola’ na qual nasceu uma nova geração de profissionais dos média.

## **1. A génese das piratas**

As primeiras rádios piratas, ainda na década de 70, surgiram à margem do meio profissional, feitas por gente que não tinha ligações às emissoras nacionais, fruto do amadorismo e voluntarismo. O panorama veio a alterar-se no decorrer da década seguinte.

As origens do que viria a tornar-se o jornalismo radiofónico nos anos 80 encontram-se três décadas antes, onde se foram delineando ideias, conceitos, experiências, e construindo caminhos até se desembocar no movimento das rádios piratas ou livres. Neste percurso, a partir dos anos 50, a Rádio Universidade desempenha um papel relevante já que foi aí que muitos dos locutores e jornalistas se iniciaram na rádio. Muitos transitaram para as emissoras nacionais e nos anos 80 e 90 estiveram na fundação quer de rádios piratas e locais quer das televisões privadas. Apesar da censura, os jornalistas e locutores que integraram as equipas da Rádio Universidade acreditaram numa nova forma de fazer rádio e jornalismo que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes, conforme se afere mais adiante neste capítulo. Nos anos 70, mesmo com a censura, quer a Emissora Nacional quer o Rádio Clube Português fizeram algumas experiências no domínio da informação que “fugiam aos

cânonos habituais” e eram até inovadoras (Serejo, 2001, pp.71-72). Entre estas experiências estava, por exemplo, o novo conceito de noticiários introduzido por Luís Filipe Costa no Rádio Clube Português, que inovou na linguagem e no formato e que abria a antena para a informação de última hora, fora do tempo dos noticiários (*RDP*, 24 de julho de 2020). Assim como na Rádio Renascença com os programas de informação de produção independente (Serejo, 2001, pp.71-72), programas, frequentemente, suspensos “temporariamente” e que se “enquadram nessa tentativa de realizar trabalhos próximos do jornalismo, tratando, muitas vezes de forma metafórica, a situação social” (Andringa, 2008, p.9).

A Revolução de 74 representou uma nova era na história do jornalismo alavancada pelo fim da censura. A livre expressão incrementou nas rádios o direto, o improvisado, a linguagem informal, a reportagem na rua, e representou uma nova hierarquia nas notícias até aqui monopolizadas pelos órgãos de poder. A conquista da liberdade de expressão também se traduziu em trazer o microfone para a rua e dar voz ao cidadão anónimo e à sua ânsia de dizer aquilo que pensava. António Jorge Branco foi um dos impulsionadores do ‘dar voz’ às pessoas comuns: “o noticiário poderia abrir com uma greve, ou o operário a falar da greve”. Na emissora estatal produziu a informação como era feita em França, introduziu alterações ao alinhamento das notícias e à forma como se referiam aos protagonistas das notícias (Santos, 2021). No entanto, a livre expressão acabou condicionada pelas lutas políticas que se travaram nas redações das rádios. Os testemunhos ouvidos para este trabalho indicam que os jornalistas sentiram que as suas expectativas pós-revolução tinham sido defraudadas. Depararam-se com pressões, o peso da burocracia, o espartilho da agenda institucional e político-partidária, e com um jornalismo cada vez mais acomodado e centralizado.

Os cursos de formação que Édouard Guibert<sup>1</sup> do Centre de Formation des Journalistes de Paris deu no início dos anos 80 na rádio pública inspiraram e influenciaram um conjunto de profissionais em torno da ideia de começar algo ‘a partir do zero’. Neste grupo estavam também os profissionais que as rádios tinham absorvido vindos das antigas colónias e que traziam uma visão diferente sobre a forma de fazer rádio e jornalismo. As redações estavam também prestes a receber uma nova geração saída dos primeiros cursos superiores da área e dos cursos de formação profissional. O ponto de encontro entre a velha e a nova geração deu-se nas piratas: equipas de seniores que formaram os jovens jornalistas incutindo-lhes um conceito diferente de fazer jornalismo na rádio.

O combate ao centralismo e fazer da rádio um veículo de novas expressões e realidades eram frequentemente invocadas nas páginas dos jornais: “O que preside à ideia do nascimento das rádios locais é a descentralização, a frustração, por um lado, dos ouvintes da rádio e, por

---

1 Édouard Guibert, jornalista francês, iniciou o seu percurso profissional na ORTF, foi diretor da France 3, integrou ainda o Syndicat National des Journalistes, foi formador e diretor do Centre de Formation des Journalistes de Paris

outro, a dos profissionais que trabalham na Antena 1 e na comercial” — palavras de João Paulo Guerra da Telefonía de Lisboa ao *Jornal Ilustrado* (9 de janeiro de 1987) partilhadas por outros profissionais das rádios nacionais no rescaldo da nacionalização do setor da rádio. Adelino Gomes sintetiza: “sentimos que fomos nacionalizados”. É dessa desilusão que nasce a TSF:

“como reação de desilusão jornalística, profissional e cidadã, de um grupo de uma geração radiofónica que tinha lutado contra a censura e pela competência. Juntávamos sempre as duas coisas, para nós a rádio tinha de ser competente, não bastava ser democrática, e dentro da competência tinha de ser pluralista” (entrevista pessoal, setembro e outubro de 2019).

Henrique Garcia fez também parte desse grupo e recorda que um dia começou a congeminar:

“se os miúdos fazem [rádios piratas] porque é que a gente não faz? se os miúdos sabem e nós (que temos a mania que sabemos disto) porque é que não fazemos? E foi assim que nasceu esse núcleo de contestatários ao que estava estabelecido para nos lançarmos a um projeto novo e seguir o exemplo da miudagem que estava a fazer rádios piratas por todo o país” (entrevista pessoal, dezembro, 2019).

Esse projeto novo foi a Rádio Geste.

O descontentamento perpassa quer nos testemunhos de hoje quer nos registados na imprensa da época: “Tudo isto nasceu de um grupo de pessoas que estavam ligadas, há muito tempo, à Rádio e que acreditavam numa projecto de Rádio desnacionalizada e a nível regional” — declarações de Jorge Simões da Rádio Azul de Setúbal ao *Diário Popular* (3 de julho de 1986). O descontentamento cruza-se também com o que está na génese das rádios locais: o jornalismo de proximidade. “Queremos contestar a colonização feita pela capital sobre o resto do país, através das ondas da Rádio” — afirma um elemento da Rádio Caos do Porto ao *Expresso* (2 de julho de 1983). “O problema de fundo é o da descentralização não só do poder, mas da cultura e da vida” — palavras de António Colaço da Rádio Antena Livre de Abrantes ao *Diário de Lisboa* (21 de dezembro de 1983). Alguns projetos eram guiados por uma ideia de irreverência e contrapoder que podem ser sintetizados numa frase/*jingle* radiada pela portuense Rádio Caos: “você está a sintonizar aquilo que não devia”. Se, por um lado, as piratas mudaram o cenário radiofónico, por outro deixaram um rasto de amorismo que ainda hoje perdura na memória. Nem sempre as piratas conseguiram concretizar aquilo a que se propunham e no final de todo este processo, em jeito de balanço, já depois do encerramento das piratas no Natal de 1988, Luís Filipe Costa deixou um olhar crítico ao movimento das piratas: “Infelizmente poucas se afirmaram como contra-poder à velha rádio oficial. A maior parte, permita-se, fez uma má cópia do que o pior que a rádio oficial faz. Isto porque uma vez mais a carroça foi à frente dos bois, continua a faltar formação profissional”. (*Diário Popular*, 16 de dezembro de 1988).

A década das piratas foi o embrião das rádios locais, um cenário ambivalente onde cabe desde o muito mau ao muito bom. Entre a inovação, a concretização de velhos sonhos e a mera cópia do que já se fazia, as piratas afrontaram as emissoras nacionais, renovaram formatos e conteúdos e abriram o jornalismo aos novos valores que entravam na profissão através das pequenas emissoras.

## **2. Anos 80: o novo cenário radiofónico português**

A revolução de 1974 trouxe profundas alterações ao setor dos media e, em particular, ao da radiodifusão. No período pós-revolucionário subsistiu um cenário que, praticamente, ficou reduzido à emissora católica e à empresa pública de radiodifusão. Este duopólio contrastava com o panorama do setor na Europa, onde o movimento das rádios livres ou piratas foi ganhando expressão desde os anos 60. Os ecos do que acontecia lá fora acabaram por se materializar ainda na década de 70, mas só nos anos 80 se viria a verificar o verdadeiro *boom* das piratas em Portugal.

A história das rádios locais tornou-se indissociável do processo de evolução democrático e num contexto de amadurecimento da jovem democracia portuguesa (Azevedo, 2001; Bonixe, 2012). Estas rádios nasceram como um veículo de expressão popular, que deu voz às populações como afirmação do país que existia para lá da capital, um facto destacado por Azevedo (2001, p.114) como a essência das precursoras das rádios locais: “uma rádio de expressão democrática, de resposta à necessidade de descentralização, livre de toda a dependência institucional e que constitua uma alternativa aos modelos de programação nacionais”. Para Bonixe, a apropriação dos meios de comunicação por parte das comunidades foi vista como um passo fundamental para o processo de exercício da democracia e da cidadania (2019, p.184). São resultado do clima político, social, económico, cultural e mediático que se viveu no país nos anos 80, em que transparecia a unanimidade, e a cumplicidade, do poder político em torno das rádios que emitiam à margem da lei. Assistiu-se a um período de verdadeira anarquia nas ondas hertzianas em que centenas de emissoras se atropelavam nas frequências em FM. Este cenário tornou premente a necessidade de regulamentar o setor e licenciar rádios locais, e culminou com a publicação da Lei da Rádio e a realização do concurso para atribuição de frequências locais.

Em Portugal, a década das piratas teve um contexto único em que se conjugaram diversos fatores: crises políticas e eleições sucessivas em que as lutas políticas se faziam também nas ondas das rádios ilegais; a crise económica e as consequentes medidas de austeridade em contraponto com a entrada na então CEE, e a consequente vaga de financiamentos do Fundo Social Europeu (Reis, 2014). O contexto mediático dos anos 80 também foi favorável à proliferação das piratas: a expansão do setor com o surgimento de novos jornais generalistas e especializados;

o início do ciclo de privatizações dos média; o surgimento de canais de rádio privados (como a Comercial) que ditaram o fim do duopólio Estado-Igreja; o financiamento da CEE aos cursos de formação profissional na área dos média e, em concreto, da rádio; uma geração empreendedora formada pelos profissionais recém-regressados das antigas colónias e os das grandes emissoras nacionais que se sentiam insatisfeitos com o jornalismo pós-revolução e, ainda, uma nova geração de recém-licenciados dos primeiros cursos do ensino superior de jornalismo e os que se formaram nos cursos profissionais da área; a descentralização das redações de jornais e rádios que, nas emissoras nacionais, se traduziu na abertura ou reforço de delegações e períodos de emissão regionais autónomos, revelando a necessidade de descentralizar a informação demasiado focada na vida política e partidária dos centros de decisão na capital; a preparação para o arranque dos canais de televisão privadas que se implementaram na década seguinte; e, finalmente, uma maior acessibilidade aos equipamentos de produção e emissão. Este novo contexto expôs também uma lacuna: a ausência de canais que dessem voz às populações, aos seus anseios, preocupações e expressões culturais. A imprensa local e regional assumia esse papel e foi um motor na criação e sucesso de muitas rádios.

A cumplicidade do poder político era pública, desde os autarcas à presidência da República. Os políticos, mais do que estarem presentes nas emissões como comentadores ou entrevistados, tiveram um papel ativo dentro das rádios e no longo e polémico processo que culminou no concurso de atribuição de frequências locais.

O jornalismo esteve, desde sempre, associado ao fenómeno das rádios piratas (Bonixe, 2019), era uma bandeira dos que lutavam por um espaço no éter e das populações que se reviam e participavam, ativamente, nas emissões. As piratas contribuíram para a democratização no acesso aos média ao serem um veículo das realidades locais. As populações apropriaram-se do microfone, as rádios eram suas porque, efetivamente, eram as populações que falavam da sua realidade e faziam ouvir a sua voz.

Não há números exatos da quantidade de emissoras que emitiram neste período. Entre 1977 e 1984 seriam 19 (Bonixe, 2019, p.190), em 1986 a imprensa refere 600, altura em que existiriam 800 pedidos de licenciamento (*Expresso*, 7 de junho de 1986), e até à data de encerramento, em dezembro de 1988, terão chegado a emitir ilegalmente perto de um milhar de rádios<sup>2</sup>.

Embora se identifiquem três fases de evolução (Azevedo, 2001, p.114), algumas destas rádios não evoluíram do estado amador para o mais estruturado. Muitas mantiveram o seu carácter amador até desaparecerem enquanto outras já nasceram com projetos verdadeiramente profissionais. Assim, Bonixe identifica dois grandes períodos na história das piratas, o

---

2 Na véspera do encerramento das rádios *O Jornal* (23 de dezembro de 1988) calculava que seriam 700 e o *Semanário* (23 de dezembro de 1988) estimava à volta de mil

primeiro entre 1977 e 1984 “altura em que o fenómeno se caracterizou pelo aparecimento de pequenas emissoras em vãos de escada, impulsionadas pela carolice e amadorismo dos seus criadores” e o segundo, entre 1985 e 1988, “numa fase em que surgiram vários projetos com alguma dimensão e que visavam, já não apenas a afirmação de uma ideia, mas a legalização” (Bonixe, 2012b, p.318). A imprensa da época já situava esta clivagem, sobretudo a partir de 1987, ao dividir as rádios entre *Piratinhas* e *Piratões* (*Expresso*, 29 de agosto de 1987). O *Se7e*, por exemplo, escreve que 1987 é o “ano da profissionalização”:

“Se até agora “a tónica foi a ‘carolice’, parece que 1987 será, com a ‘ajuda’ da lei, o ano de todas as cooperativas radiofónicas de jornalistas. O profissionalismo e a rentabilização através da inserção de publicidade — eis os traços dominantes da ‘terceira vaga’. *Se7e* (31 de dezembro de 1986)

A terceira vaga é a das rádios que emitem em Lisboa (TSF, Geste, CMR, Telefonía de Lisboa, Rádio 4), os *Piratões*, que tinham na sua génese um forte investimento financeiro, equipamento sofisticado, instalações feitas de raiz em edifícios centrais da capital, profissionais conhecidos do meio radiofónico e empresas patrocinadoras. Projetos estruturados e com intenções claras de conseguirem uma frequência nacional e que, rapidamente, se afirmaram no novo cenário hertziano e conquistaram audiências. A TSF foi uma das que sempre assumiu que queria chegar a todo o país e que considerava um “objectivo fundamental a instalação de uma rede de cobertura nacional em FM” conforme está escrito num Memorando (s/data). Embora nascida num contexto pirata nunca se assumiu como tal, nem os seus responsáveis a viam como uma rádio pirata, antes como uma rádio profissional com vocação nacional. Sem rodeios, Emídio Rangel assume isso mesmo após a primeira emissão da TSF em 1984. Afasta a possibilidade de emissões regulares e demarca-se, assim, do exemplo das outras piratas: “há uma diferença fundamental entre a nossa cooperativa e as pequenas estações: nós temos um projecto jornalístico rigoroso, enquanto elas têm um projecto específico e lutam pela liberdade de expressão”. (*Se7e*, 20 de junho de 1984)

Esta terceira vaga identifica, ainda, uma nova realidade para as piratas: a de se tornarem emissoras comerciais e com poder na formação da opinião pública, tornando-se num território cobiçado pelos diversos poderes que fazem parte da sua fundação, administração e financiamento.

O novo universo radiofónico situava-se desde o puro amadorismo ao profissionalismo com as rádios a apresentarem diferentes graus de organização, dimensão, profissionalização, capacidade financeira e a terem, também, ambições ou objetivos distintos.

De uma forma simplificada, pode dividir-se as rádios piratas em amadoras e profissionais, embora haja exemplos que se situam num meio termo que se poderão denominar semi-profissionais:

As emissoras amadoras são fruto da carolice e do voluntarismo entusiasta, têm



estruturas rudimentares, emitem de forma irregular, sem pretensões futuras, não têm vida fiscal, funcionam à base do voluntariado não remunerado e não distinguem funções, ou seja, todos fazem tudo, até construir de raiz os seus equipamentos.

As rádios semiprofissionais agregavam, em maior ou menor escala, características das amadoras e das profissionais. Emitiam regularmente em longos períodos horários, conjugavam o voluntariado não remunerado com a contratação de profissionais, e a grande maioria tinha aspirações a tornar-se legal, embora nem todas tivessem condições para isso. Algumas tinham parcerias ou faziam permutas comerciais, outras tinham uma estrutura legal que lhes permitia ter contratos de publicidade e, até, cumprir com obrigações fiscais.

As emissoras profissionais tinham uma estrutura organizada, emitiam 24 horas por dia ou numa grande parte do dia, nas suas equipas tinham profissionais contratados e distinguíam funções por setores (jornalistas, animadores e técnicos/sonoplastas; comerciais e administrativos). Entre estas, há projetos que nunca se assumiram como locais, que se reviam e que ambicionavam emitir para todo o país, a par das emissoras nacionais legais. A grande maioria optou por se constituir como cooperativa<sup>3</sup>. Tinham suporte financeiro, contratos publicitários, e cumpriam obrigações fiscais.

A formação de cooperativas foi uma alteração no regime de propriedade das rádios que está diretamente ligada ao jornalismo radiofónico — uma forma dos jornalistas controlarem a linha editorial e os conteúdos da rádio que detinham e para a qual contribuíam em conjunto sem que tivessem por objetivo o lucro. Grande parte destas rádios dos anos 80 eram cooperativas. O regime jurídico da cooperativa nos media levado a cabo pela A Capital nos anos 60, e foi adotado na criação de algumas publicações para se afirmarem como independentes do poder político ou partidário e escaparem à propriedade privada que viam como uma ameaça. O modelo cooperativo acabou por se vulgarizar após a revolução (Santos, 2020, p.159).

Se no início dos anos 80 este modelo de gestão ganhou força com o exemplo do semanário O Jornal, com o decorrer da década foi perdendo esse vigor na imprensa e criando raízes noutras áreas, nomeadamente, na rádio. Os profissionais do setor acabaram por se associar em cooperativas para lançarem centros ou cursos de formação profissional que lhes permitia candidatarem-se às verbas do Fundo Social Europeu. Desta forma, também formalizaram a estrutura das emissoras que emitiram antes de 89 ou dos projetos radiofónicos com que se candidatariam às frequências locais. A ideia que os norteava era a mesma que tinha estado na base dos jornais: “fazer frente ao quase monopólio resultante das nacionalizações e com a intenção de criar uma rádio autónoma e livre” — palavras de Albertino Nunes à *Revista JJ* (Abr/Jun 2007), um dos fundadores da cooperativa da TSF em 1981 e que anos mais tarde, em 87, estabelece uma parceria com a Projornal do semanário O Jornal, que teve a sua última

---

3 Em termos práticos, os trabalhadores societários eram os proprietários e gestores da rádio

publicação em 1992. A constituição de cooperativas acabou por ser uma das condições preferenciais para o licenciamento das rádios locais.

O regime de propriedade dos média não pode ser secundarizado neste contexto. A reorganização do setor mediático nos anos 80 começou pela rádio (Sousa, 2000, p.33). Embora existisse um sector privado na imprensa, no período pós-25 de abril e até à reprivatização, os dois grandes detentores dos média eram o Estado e a Igreja. Este duopólio caracterizava o setor radiofónico e foi com a rádio que este cenário bipolar se começou a alterar a partir dos anos 80, com a abertura das frequências hertzianas à iniciativa privada e o licenciamento das locais, “ou seja, o mercado acabou por obrigar à abertura” (Lima, 2008, p.266) e à concentração dos média.

Depois das nacionalizações, nos anos 80, assistiram-se a alterações na propriedade dos média com a criação de fortes grupos económicos através da entrada em cena de grandes empresas e empresários (Correia, 1997, pp.54-55), uma tendência com raízes nas décadas de 60 e 70, embora haja uma diferença entre as duas épocas. Anteriormente, os grupos percecionavam os media como instrumento de influência política e ideológica, mas no virar da década de 80 para a de 90, a concentração faz parte de uma estratégia de expansão das empresas que comercializam os conteúdos jornalísticos (Faustino, 2004, p.3). Os media passam a ser percecionados como empresas que vendem um produto: notícias. Alguns dos grupos económicos fizeram da comunicação social o setor central da sua estratégia, embora viessem de outras áreas de negócio, outros diversificaram investimentos já nesta área congregando vários media. Na rádio, ainda no tempo das piratas, podemos tomar como modelo o grupo que detinha o Correio da Manhã e a Correio da Manhã Rádio em Lisboa, ou a PEI da Rádio Geste que detinha outros órgãos de comunicação social e não só. Esta estratégia era seguida por todo o país, a uma escala mais pequena, em que era comum a existência de jornais e rádios locais com um mesmo proprietário. Ou seja, é já no final dos anos 80 que se começam a desenhar os grandes grupos que concentram a propriedade dos média com a abertura à iniciativa privada dos jornais e canais de rádio, com as rádios piratas e as locais.

O contexto mediático é igualmente relevante. A imprensa, rádio e a televisão pós-revolução foram palco de lutas partidárias e de poder latentes nos seus conteúdos. Essa marca ideológica foi-se diluindo à medida que o país foi consolidando a democracia. A estabilidade política favoreceu o crescimento económico que, por sua vez, fez crescer o mercado publicitário, o que favoreceu o aparecimento de novos media (Sousa, 2000, p.33). Esse caminho abriu espaço a um jornalismo que procurava uma maior independência face ao poder político e aos partidos. É nos anos 80, a par das rádios piratas, que surgem na imprensa publicações que se destacaram pelas reportagens de investigação (Tal e Qual, O Jornal, a revista Grande Reportagem e mais tarde o Independente) e que contribuíram para uma outra forma de fazer jornalismo. Algumas rádios mais profissionais fizeram eco dessas investigações e adotaram essa linha, sendo que algumas tinham até nos seus quadros, ou como comentadores,

jornalistas dessas publicações.

No entanto, o cenário do jornalismo radiofónico não era tão linear quanto isso. Uma grande parte das piratas era caracterizada pelo amadorismo. A falta de recursos financeiros, técnicos e humanos refletia-se nos conteúdos. Muitas reproduziam na íntegra, ao microfone, as notícias dos jornais com dias de atraso, ou limitavam-se a noticiar a “inauguração dos fontanários”<sup>4</sup>.

A preparação para a televisão privada é um mercado apetecível e abre novas oportunidades para os que têm ambições que vão além das frequências hertzianas.

Em várias notícias de jornais da época, algumas cooperativas de jornalistas detentoras de emissoras manifestavam já o desejo de constituírem grupos de media com ligações a jornais locais e projetos para televisões locais e regionais.

### 3. Radiojornalismo: o que mudou

Partimos da premissa de que o jornalismo radiofónico mudou nos anos 80 em Portugal e de que as rádios piratas deram um contributo relevante para essas mudanças, fruto de uma conjugação de fatores. Neste ponto vamos sistematizar essas mudanças diferenciando os pontos que foram sofrendo alterações ou evoluções, embora alguns se intersectem. Estabelecemos uma linha entre o antes e o depois, e de que forma foram sendo percecionadas essas mudanças pelos protagonistas da época, ou seja, os que trabalhavam ou colaboravam nas rádios piratas. Essas mudanças não surgiram, espontaneamente, apenas na década de 80 e no palco das emissoras ilegais, tiveram raízes nos anos 60 e 70 nas rádios nacionais e com os profissionais que nelas trabalhavam na metrópole e nas antigas colónias, e foram fruto de um contexto único económico, político, mediático, social e cultural que espelham o país no virar de uma era.

O conceito de jornalismo radiofónico que aqui é adotado não se restringe ao processo de produção da notícia sonora, abarca também os recursos expressivos sonoros da mensagem radiofónica, ou seja, aquilo a que Armand Balsebre chama de sistema semiótico radiofónico: um conjunto de formas sonoras e não sonoras representadas pelos elementos que compõem a linguagem radiofónica, na qual se inclui o jornalismo radiofónico: palavra, ruído, efeitos e música (Balsebre, 2000). Nesta conceção, a voz e a sonoplastia adquirem um espaço relevante na recolha, elaboração, difusão e apreensão da mensagem auditiva. A voz não é apenas o elemento condutor da notícia, tem um significado que dá personalidade à sua difusão (Meditich, 1997), faz parte integrante da notícia. Por sua vez, a sonoplastia também adquire

---

4 A expressão é de Jorge Alves da Direção da Rádio Azul de Setúbal numa reportagem do *Expresso* publicada em 7 de junho de 1986

um papel significativo na narrativa jornalística radiofónica, até porque mais do que um produtor de sentido é o fio condutor da história, a sua espinha dorsal que congrega os restantes elementos da linguagem radiofónica. Daqui resulta um jornalismo para o ouvido que seduz o ouvinte, o mantém atento e permanece na sua memória.

Como referimos anteriormente, partimos da premissa de que o jornalismo radiofónico mudou nos anos 80 em Portugal e de que as rádios piratas foram agentes dessa mudança funcionando como ‘escolas’ não apenas do jornalismo radiofónico, mas para as várias profissões da rádio. ‘Escolas’, entre aspas, enquanto locais onde uma geração aprendeu com a prática e os erros do dia-a-dia o exercício do jornalismo radiofónico.

O que mudou? — É a primeira pergunta à qual pretendemos responder. Com base nas leituras e nas entrevistas efetuadas foram-se encontrando algumas linhas condutoras que se intersectam em vários momentos cronológicos, mas que podemos agrupar em 8 pontos que correspondem a 8 alterações produzidas no jornalismo radiofónico nos anos 80. É importante voltar a ressaltar que estas mudanças não surgiram apenas nessa década. Têm raízes nos anos 50, 60 e 70, e amadureceram, sobretudo, no período pós-revolucionário quando a classe jornalística desenvolveu expectativas que não viu concretizadas para a valorização da profissão e do seu exercício. A classe aspirava a outro jornalismo, feito de outra forma numa década, também ela, de mudança para o país. Paralelamente a este processo está o tardio ensino do jornalismo e do radiojornalismo, e as rádios piratas que acabaram por ser um espécie de ‘escolas’ de uma geração de profissionais.

Os processos que originaram as mudanças geraram também excessos, resultados menos conseguidos ou diferentes dos inicialmente pensados, expuseram erros, dilemas e, sobretudo, as fragilidades de uma aprendizagem feita à custa da prática e de um processo mais ou menos consciente de ‘tentativa-erro’. Esse lado negativo também será assinalado em cada um dos pontos.

Em todo o país existiram centenas de rádios a emitirem ilegalmente, desde exemplos amadores e rudimentares a projetos verdadeiramente profissionais. Quando, genericamente, se fala do contributo das piratas para o jornalismo radiofónico não se pode abarcar todas essas rádios colocando-as num mesmo plano. O contributo de cada uma será, seguramente, muito diferente e terá oscilado entre o quase nada e o tudo. Não é pretensão deste estudo atribuir ao fenómeno pirata um papel empolado como se tudo o que existisse até aí não tivesse sido relevante, aquilo que se pretende é encontrar as raízes e uma linha de evolução que fundamente o contributo das rádios piratas para o jornalismo radiofónico.

### 3.1. Formato Rádio notícias/Rádio jornal

As piratas inovaram e experimentaram novos formatos que vieram a ganhar novas ideias e um novo dinamismo (Cordeiro, 2004, p.4). A década de 80 inaugurou um novo formato de rádio implementado pela TSF em Portugal: o formato *all news*, a rádio notícias ou rádio jornal como se autointitulava a TSF. O novo formato privilegia, sobretudo, a informação jornalística que detém a primazia na grelha de programação e o direto: “é uma rádio em directo que não obedece a esquemas rígidos” (*O Jornal*, 12 de fevereiro de 1988) e com “uma emissão sem programas, com uma grelha musical científica” em que quem está ao microfone “estabelece o diálogo entre a música e a informação, 24 horas por dia” (*Se7e*, 3 de fevereiro de 1988).

A TSF aplicou o conceito de rádio temática, com a aposta na informação, nomeadamente sobre a política (Santos, 2005): noticiários sem limite de tempo, antena permanentemente aberta à notícia de última hora ou relevante, noticiários de meia em meia hora. A TSF é a principal estação temática de informação que assume a sua vocação puramente jornalística (Cordeiro, 2005). Na emissão de arranque da TSF a 29 de fevereiro de 1988<sup>5</sup>, pouco antes do sinal horário das 7 da manhã, Emídio Rangel anunciou que após uma “batalha contra aqueles que preferiam a quietude podre das ondas” a TSF representava “a materialização de um projeto profissional credível, bem dimensionado, tecnicamente evoluído, e portador de uma nova postura radiofónica”. A informação ocupou o primeiro lugar na grelha de programação das rádios que se assumiam como projetos marcadamente jornalísticos. A isto não terá sido alheio o formato empresarial da época, as cooperativas de jornalistas, ou seja, eram os próprios jornalistas que detinham as rédeas das rádios (as cooperativas) e as suas opções eram, claramente, jornalísticas. A programação de entretenimento ou musical ocupou um lugar secundário e cedia, permanentemente, espaço à informação.

Acontecimentos marcantes em termos informativos facilmente arrancavam para uma emissão *non stop* sem espaço para os painéis de publicidade, para as rubricas ou para os tempos de programação previamente agendados. As emissões especiais contínuas não foram absolutamente inovadoras, mas representam um modelo característico do denominado ‘estilo TSF’ e que outras emissoras adotaram em menor escala. A antena encheu-se de diretos e reportagens que se sucediam sem pausas dando lugar ao excesso, à repetição e à saturação. Depois de uma emissão contínua começar, tinha de ser alimentada, e o desafio era como colocar-lhe um fim: quando é que este acontecimento deixa de ter relevância? Qual o critério jornalístico que coloca o ponto final e decide o regresso à grelha de emissão? Como é que essa avaliação se faz no decorrer do próprio acontecimento?

Estas opções tinham consequências ao nível publicitário já que as rádios dependem

---

5 A TSF foi fundada em 1981, fez a primeira emissão a 17 de junho de 1984, mas só em 1988 inicia as emissões regulares

financeiramente da publicidade, patrocínios e permutas comerciais. Se as emissões especiais podem trazer outro tipo de retorno financeiro, também é verdade que os anunciantes pagaram pelo que não tiveram ao comprarem espaço em antena que foi preenchido pelas notícias.

### 3.2. O direto e antena aberta

O fator tempo é essencial no jornalismo e sobretudo no radiofónico. Se a rádio é imediata, ubíqua e decorre em tempo real, logo o direto é a sua essência. O direto representa o estado puro do imediatismo (Traquina, 2004, p.77), são indissociáveis: se está a acontecer a rádio está a dar. Esse é o fator que, segundo Meditsch, distingue “a radiodifusão da imprensa por sua condição ao vivo” e é isso que provoca um “um forte efeito de realidade e, através dele, a empatia com o público” (1999, p.202).

O direto, escreve Herreros (2001), “é o grande espectáculo da rádio”, é com o direto que “a rádio alcança o seu máximo esplendor”, é a sua grande força, a sua melhor arma, porque permite também estabelecer uma comunicação viva e intensa com a audiência.

Nas redações das rádios a urgência é um valor dominante (Schlesinger, 1999) e as piratas, de certa forma, adotaram uma nova postura informativa que se revê num meio que flui 24 sobre 24 horas — como a vida — sem interrupções, sem voltar atrás. O fluxo contínuo associado à emissão contínua alargou-se à informação que deixou de estar confinada ao rígido sinal horário. O conceito de Antena Aberta obedece ao princípio de que a notícia não tem hora marcada, não pode esperar, é dada no momento em que acontece e em direto. Usa-se (e abusa-se) das expressões que identificam a premência do tempo e a notícia perecível com o recurso à “notícia de última hora”, “acabada de chegar à redação” que acentuam o imediatismo do meio e chamam a atenção do ouvinte (Reis, 2011, p.21).

A primazia da informação sobre a programação tinha sido já ensaiada no RCP com Luís Filipe Costa, em que a notícia de última hora interrompia a emissão musical sem esperar pelo noticiário:

“quem estava a fazer o noticiário tinha autoridade para interromper o programa (...) quando acabar o disco entro eu, e era bem aceite, havia esse espírito também de aceitar que isto se fizesse.

— A informação tinha prioridade sobre a programação?

Sim.” (RDP, excerto de uma entrevista a Luís Filipe Costa incluída no programa Provedor do Ouvinte de 24 de julho de 2020)

Se a notícia é importante interrompe-se a música e dá-se a notícia. Isso exige uma

emissão flexível, só possível numa rádio de notícias em que a programação musical é relegada para segundo plano e a publicidade é gerida de forma flexível.

Na década de 80, os diretos ganham uma dimensão e frequência maiores. Já se faziam anteriormente e no período revolucionário eram frequentes. João Paulo Guerra recorda, particularmente, um — e “único” — feito no 1º de maio de 1974 que durou cerca de 12 horas. Uma emissão contínua que assinalou o primeiro Dia do Trabalhador em liberdade. Envolveu muitos meios e muita gente, mas não se repetiu, e é na década seguinte nas antenas das piratas que o direto ganha outra dimensão.

O direto foi, para Francisco Sena Santos, uma reação ao modelo instituído: “estava instalada uma certa cultura em que o editor das 13h chegava às 8h e tinha de ir ver o livro das reportagens onde estavam marcadas umas 10 para aquele dia, e não é o editor quem escolhe é o núcleo de reportagens” (entrevista pessoal, junho, 2019).

O direto tornou-se a imagem de marca da era das piratas. Francisco Sena Santos, então na TSF, destaca dois momentos, dois diretos, que demonstram a mudança na cobertura jornalística da atualidade: a greve geral e o incêndio do Chiado, ambos em 1988. A equipa da estação era constituída pelos jovens que tinham frequentado o curso de formação da TSF liderados por uma equipa de jornalistas seniores. Os dois acontecimentos acabaram por ser uma oportunidade para colocarem em prática o que tinham aprendido. “No incêndio no Chiado estavam 5 pessoas no estúdio e 30 no exterior (...) a TSF esteve em *non stop* desde as 6 da manhã até à tarde do dia seguinte” (entrevista pessoal, junho, 2019). A quantidade de repórteres em direto é um dos exemplos destacados também por Elisabete Caramelo, uma das repórteres da equipa: “tinha muita gente em direto que era uma coisa que a rádio não tinha na altura, ou seja, nós preferíamos ter sempre as pessoas em direto do que ter as pessoas gravadas, fazíamos gravações quando não podia deixar de ser” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Nas outras rádios espalhadas pelo país, o direto era também recorrente, embora condicionado pelos meios que cada emissora tinha, já que nem todas dispunham de recursos técnicos, humanos e financeiros para apostar numa cobertura informativa alargada, intensiva e que permitisse acompanhar os acontecimentos no local e a par e passo. Para a proliferação dos diretos não terão sido alheias as questões técnicas que os tornavam possíveis. Algumas rádios construíam os seus próprios equipamentos outras, mais profissionais, compravam-nos e cada uma chama a si a inovação técnica em algum dos recursos utilizados que permitiram fazer diretos. A Rádio Terra Nova integrava um engenheiro da área das telecomunicações que sempre colocou a rádio de Ílhavo como uma das mais avançadas em termos técnicos. Vasco Lagarto, engenheiro e fundador da emissora, recorda que foi criada uma “rede privada” de comunicação. Isso possibilitava estar em todos os lugares do concelho e “fazer a comunicação em direto, como nos táxis, uma rede privada, com uma banda fixa e 3 ou 4 equipamentos móveis, uma antena recetora na rádio, e isso permitia estar na região a fazer comunicações em direto” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Tinham recetores portáteis, o que dava alguma flexibilidade

para estarem em diferentes locais sem estarem “agarrados a uma linha telefónica fixa ou com os gravadores que só quando chegassem aos estúdios” podiam ser usados os registos gravados. Com este sistema conseguiam fazer relatos desportivos, por exemplo.

A vulgarização do ‘híbrido’ contribuiu para a generalização dos diretos. A utilização de uma ou mais linha telefónica reforçava a ubiquidade e o imediatismo da rádio, ou seja, permitia a entrada em emissão de vários repórteres de diferentes locais. Vasco Lagarto explica que era retirado “o sinal do próprio telefone”. Os equipamentos profissionais eram caros, “não se justificava o preço e era simples de fazer: o híbrido ligava a uma única linha telefónica e não impedia que puséssemos em simultâneo” vários repórteres (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Como a programação não era gravada facilitava-se a interrupção da emissão para dar alguma informação de última hora. E esse hábito enraizou-se também na audiência, como recorda Luís Mendonça, da Rádio Universidade do Marão de Vila Real: “se havia alguma coisa a destacar ia logo para o ar, não esperava. As pessoas ouviam por isso, por estar relacionado com elas próprias. Quando a informação chegava era dada, não se guardava para o noticiário” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Mas se para algumas emissoras o direto era simples, para outras as condições técnicas não o permitiam. Bernardino Guimarães da Rádio Caos do Porto confessa que no início não havia essa preocupação porque não havia meios: “não havia tecnologia ou nós não a tínhamos. Fazer uma reportagem... fazíamos por telefone e gravações, não diretos... havia por exemplo programas em direto no estúdio com comentário, debate, mas as pessoas não procuravam Rádio Caos para ouvir notícias” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Só mais tarde houve um maior investimento quer em equipamentos quer na constituição de um departamento de informação formado por alunos da Escola Superior de Jornalismo.

Se a rádio redescobriu o direto, houve também um reverso, aquilo a que Francisco Sena Santos chama a “febre excessiva do direto”. Tudo era transmitido em direto com ou sem pertinência jornalística. Perdeu-se, por vezes, a noção do critério jornalístico de intervir apenas quando há algo novo e derrapou-se para aquilo que, na gíria das redações, se apelida de ‘encher chouriços’, dizer nada para encher o tempo. A perda da mediação jornalística e do foco noticioso foram outras das questões colocadas em face do excesso de diretos. “Era tudo era um direto, os diretos tornavam-se longos, o *slogan* era a rádio em direto”, reconhece Francisco Sena Santos “demorou algum tempo (a perceber) que era preciso introduzir um filtro e selecionar aquilo que passava”. O jornalista como mediador e não apenas como mero transmissor do que se passa à sua volta, o acontecimento de intermediação com todos os problemas que se colocam quando isso acontece. Mas Francisco Sena Santos faz outro questionamento, o de “forçar a notícia”, e dá como exemplo a cobertura da greve geral de 27 de março de 1988:



“a ideia era entre as 6 e as 7 horas fazer um espetáculo de diretos, lembro-me que tinha uma folha à frente com mais de 25 entradas, a ideia era entre as 7 e as 8 mostrar que tudo estava parado. Tenho ideia que às 7 da manhã a abertura do noticiário foi logo: não há autocarros, elétricos, comboios, não há barcos, o país está todo parado em greve geral — e os repórteres atestavam — é o momento em que muitos ouvintes perceberam que a rádio tinha mudado...tenho enormes questões sobre algum forçar de notícias (...) a greve foi um sucesso e um sucesso marcado pela força da rádio, muita gente sentiu ‘não vou porque não há transportes’ e, tenho dúvidas...” (entrevista pessoal, junho, 2019).

### 3.3. Valor-notícia, alinhamentos, jornalismo de proximidade

O conceito de valor notícia aplica-se aos processos de produção da notícia. Se os processos de recolha, seleção, elaboração e apresentação da informação se alteram, altera-se também o que é considerado notícia, ou seja, os critérios de noticiabilidade. Ambos evoluem no tempo, não são imutáveis, o que hoje é notícia pode amanhã não o ser (Correia, 1997, p.166). Essa evolução assenta numa reavaliação constante do que pode interessar à audiência e, no caso da era das piratas, num afunilamento do critério noticioso de proximidade geográfica e afetiva. É igualmente relevante, nesta época, a personalização da notícia enquanto critério de noticiabilidade para evitar a “aridez no tratamento de certos temas” (Correia, 1997, pp.182-183), isto é, a exploração da notícia com rosto para captar a audiência e criar empatia, no caso da rádio não apenas com as palavras, mas também com a voz e os sons que estabelecem uma relação íntima com o ouvinte.

A ideia de proximidade está intimamente relacionada com o próprio conceito de rádio local. Esse foi um dos principais argumentos que os impulsionadores das rádios locais em Portugal utilizaram para ver aprovada uma lei que liberalizasse o setor (Bonixe, 2019, p.17).

A proximidade enquanto valor notícia está profundamente ligada à função social da rádio. Bonixe destaca isso mesmo, ao lembrar que em todo este processo há uma afirmação do individual e do coletivo fundidos numa identidade local, e que as rádios são “facilitadoras da integração do homem na sua comunidade, no seu bairro ou na sua região” (2019, p.15). O local não está limitado à fronteira geográfica, mas à identidade de quem faz, ouve e participa na rádio que sente como sua.

As rádios piratas colocaram na primeira linha a informação de proximidade, uma tendência que foi, depois, seguida pelas rádios nacionais, pelos jornais e até pelas televisões. O valor notícia modificou-se e com ele o alinhamento dos noticiários. O local ganhou uma nova relevância correspondendo à necessidade de as pessoas quererem também saber o que acontecia no lugar em que viviam. As grandes rádios não falavam do que se passava para lá da capital, centradas na vida política e partidária.

“Eles não percebiam o país”, recorda José Faustino da Rádio Diana de Évora — ‘Eles’ são o poder político e as rádios nacionais. A verdade é que, praticamente, não havia informação local nas grandes rádios, como recorda Bernardino Guimarães da Rádio Caos do Porto: “o ênfase local ou regional não existia na altura (...) a nossa coisa era o de criar outro espaço o da rádio livre ou local, a local emite para comunidade local (...) a rádio livre já tem a ver com substância tem a ver com uma certa ideia romântica”, noticiavam as “coisas que se passavam no Porto” sobretudo da área da cultura e “programas de intervenção cultural (...) experiências sonoras” (entrevista pessoal, novembro de 2019). Para Vasco Lagarto, fundador da Rádio Terra Nova de Ílhavo, a grande diferença era estar em contacto direto com a comunidade envolvente “que era uma coisa complexa para as nacionais (...) se queríamos fazer alguma coisa era com as forças vivas, com as pessoas que estavam ali à volta.” O próprio nome da rádio “teve origem naquilo que caracteriza a região” e acrescenta que “a única coisa que faria a diferença para a rádio justificar a sua existência era estar em contacto com a comunidade e, portanto, procurou-se investir na informação”. Para Luís Costa, na época na Rádio Atividade de Coimbra, o fator proximidade era fundamental: “se temos uma notícia [local] era essa a nossa notícia (...) a proximidade era determinante na definição alinhamento”. (entrevista pessoal, outubro de 2019).

As piratas queriam fazer um jornalismo de proximidade mesmo que nem sempre dispusessem dos meios para melhor o concretizarem. Essa é, também, a realidade reportada pelo semanário *Se7e* em 1986 quando fez a ronda por várias emissoras do país. A reportagem reconhece que a parte informativa das rádios locais é a que apresenta maiores falhas e que, num panorama em que “predomina a inépcia e os excessos de amadorismo”, há também rádios que têm como objetivo descentralizar a informação e que “muitas estações que procuram ‘profissionalizar’ o seu departamento noticioso ou, pelo menos, corresponder, de forma sistemática, às expectativas dos ouvintes da região que servem”. Alguns dos casos relatados são de rádios que só têm noticiário local e regional e que só incluem notícias nacionais e internacionais quando são “muito importantes” (*Se7e*, 31 de dezembro de 1986). A ambição era limitada pela falta de recursos técnicos e humanos e pelo carácter voluntarioso de muitos projetos. A Telefonía de Lisboa apresentou-se como sendo uma rádio local de Lisboa e que priorizava as notícias da capital. Mas, na prática, deparou-se com problemas que eram comuns a tantas outras rádios espalhadas pelo país: problemas técnicos, falta de meios, uma redação de voluntários que mantinha os seus empregos, emissão nem sempre contínua que não contribuía para a fidelização da audiência e reduzia a possibilidade de contratos publicitários. O retrato que João Paulo Guerra traça da Telefonía de Lisboa era o de muitas piratas:

“todas as rádios queriam ser a TSF lá do sítio, com notícias do mundo, mas a TSF é para o mundo, vocês são para freixo de espingarda às costas, são coisas diferentes. A rádio local tem o seu papel importantíssimo. Esta rádio local queria ser de Lisboa, mas tinha um problema técnico, Lisboa é

difícil de cobrir, as sete colinas são uma dificuldade, e quando se trata de uma rádio amadora feita por carolas... [vamos pôr] a antena onde? (...) Tínhamos voluntários para tudo, não havia uma redação, (...) não era muita gente, mas boa gente e com muita vontade de fazer aquilo, diferente, novas, giras (...) nós queríamos fazer daquilo uma coisa mais profissional, mas percebemos as limitações que havia, não podíamos ter um serviço de notícias pomposo a competir com ninguém, porque tinha muito pouca gente e poucos meios” (João Paulo Guerra, entrevista pessoal, fevereiro, 2021)

A proximidade informativa era também a proximidade com as vozes que se ouviam no rádio e que eram as vozes das pessoas comuns com quem se cruzavam todos os dias. Vozes com rostos conhecidos. Uma aluna da escola secundária nº2 de Vila Nova de Famalicão escreveu no jornal escolar *O Tal Jornal* a 16 de fevereiro de 1984: “Chama-se rádio Frigorífico<sup>6</sup> (...) todos os famalicenses podem dizer que ela é a nossa rádio!” (Oliveira, 1989, p.7). ‘Nossa’ porque é feita na comunidade, feita por ela e para ela, com os rostos e as vozes que todos conhecem desde sempre. Luís Mendonça, Rádio Universidade do Marão destaca essa familiaridade:

“havia uma identificação com as pessoas que conheciam e viam na rua, havia ali uma ligação muito forte, deixou de ser aquela pessoa longínqua lá em Lisboa a falar e passou a ser as pessoas que víamos na rua todos os dias e que também têm coisas interessantes a dizer” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

O desporto teve aqui um papel relevante com os relatos das modalidades ou dos clubes ‘da terra’ e das atividades desportivas locais. Mesmo com condições técnicas rudimentares, com habilidosas soluções para a transmissão e cobertura de custos, o desporto ganhou um espaço próprio e foi, também, um dos fatores determinantes para esse sentimento de proximidade e para o sucesso das rádios ilegais.

Se numa primeira fase as piratas deram importância ao local, numa segunda fase, enquanto piratas e depois já como rádios locais legalizadas, as emissoras tentaram conjugar a informação local e a geral. O slogan que lançou a TSF era a bandeira de muitas emissoras no período pós-legalização, sobretudo as que aspiravam emitir para lá das limitações das frequências locais: ir ao fim da rua, mas também ir ao fim do mundo. José Faustino da Rádio Diana de Évora foi um dos que defendeu esse modelo integrado de informação local e geral:

“A filosofia que existia era esta: a Rádio Diana está em Évora, dava as notícias de Évora e quem queria saber do país ouvia a Antena 1 e isso era um erro (...) iam depois voltar para mim? Tem de

---

6 A RF fundada em 1984 que devido ao *slogan* “divulgar música e notícias frescas” era conhecida por Rádio Frigorífico, em 1985 passa a denominar-se Rádio Famalicão

ter o noticiário completo (...) acham que radio local deve preocupar-se só com o local, é um erro tremendo porque ninguém se preocupa só com o local” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Até aqui as rádios nacionais noticiavam o mundo e o denominado ‘país sentado’ nas cadeiras do poder, as piratas aproximaram-se das pessoas e das suas realidades, o passo seguinte foi a conjugação da informação local e geral. O exemplo da TSF em Lisboa e, pós legalização, da Rádio Nova no Porto simbolizaram esse espírito. Ambas rádios locais com informação local e que tinham, simultaneamente, correspondentes e enviados especiais por todo o mundo. O objetivo era o de que o ouvinte não tivesse de sintonizar duas estações para se informar e ter acesso a toda a informação numa única rádio.

Esta conjugação do local com o noticiário nacional e internacional teve aspetos positivos e negativos e, a longo prazo, acabou por desvirtuar o carácter das pequenas emissoras sobretudo no período que sucedeu à atribuição das frequências. Olhando para trás, João Paulo Guerra acredita que “as rádios perceberam o que podiam ser, ao quererem ir mais longe passaram a ser meras caricaturas dos exemplos que queriam seguir, desligavam-se do seu carácter de rádio local (...) todas as rádios queriam ser a TSF lá do sítio com notícias do mundo, mas a TSF é para o mundo, vocês são para freixo de espingarda às costas, são coisas diferentes, a rádio local tem o seu papel importantíssimo” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

Se o valor notícia muda, o alinhamento das notícias também muda. Alguns dos profissionais que estavam agora nas piratas já tinham ensaiado nas rádios nacionais uma hierarquização mais flexível das notícias. Mas o modelo era rígido. “Nesse tempo as notícias eram do país, do estrangeiro e depois do desporto e depois a meteorologia”, recorda Henrique Garcia, fundador da Rádio Geste, “nós começamos antes ainda na EN/RDP, mas era muito difícil ultrapassar esses padrões”. Quando entrou na Emissora Nacional, em 1974, era o “chefe de estado, chefe de governo, havia uma hierarquia no alinhamento das notícias, a partir de 78 começamos a quebrar isso, mas era difícil” (entrevista pessoal, dezembro, 2019). Essa é, também, a visão partilhada por Francisco Sena Santos: “não era de todo possível abrir um noticiário com uma notícia de cultura ou de sociedade”, e acredita que neste ponto a TSF marcou a diferença porque se podia “abrir com qualquer coisa”, cultura, educação, sociedade, desporto, “até com *fait-divers*” (entrevista pessoal, junho, 2019). Às vezes era apenas abrir “com um sonzinho”, diz Luís Costa da Rádio Actividade de Coimbra, mesmo que se fosse “um bocadinho mais tradicional no alinhamento” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

A editoria de Sociedade pela proximidade com os ouvintes ganha outro lugar nos alinhamentos, uma tendência a que também se assistia nos jornais. É a ascendência das denominadas ‘notícias com rosto’.

As piratas vieram alterar o valor notícia e o alinhamento introduzindo a informação local e outros temas na hierarquia noticiosa. A independência face ao poder político e partidário era uma bandeira, mas rapidamente se assistiu a uma inversão em muitas das rádios. O

país real era também o país dos pequenos poderes que detinham a propriedade ou tinham influência nas pequenas emissoras. Eram públicas as ligações ao poder político local, à igreja, aos empresários, associações culturais e recreativas e aos clubes de futebol locais.

### 3.4. A agenda noticiosa e a aceleração da atualidade

A relação entre o fator tempo e o jornalista, já de si fundamental nas rotinas de produção noticiosa, atinge um patamar de exigência sem precedentes. O jornalista de rádio ‘tem de fazer depressa e bem’ dando cumprimento àquilo que Traquina (2004, p.79) descreve como um fator central da competência profissional, o de possuir uma capacidade performativa avaliada pela aptidão de dominar o tempo e, simultaneamente, a de saber compilar todas as informações relevantes numa narrativa noticiosa sonora.

O direto, a antena aberta, a reportagem ‘minuto a minuto’ fizeram com que as piratas acelerassem o tempo da notícia. O tempo do jornalismo radiofónico é do ‘aqui e agora’ e, nesta fase, encontrou terreno para se expandir quase sem limites.

As piratas alteraram a agenda mediática com a introdução de novas temáticas, menos institucionais e com outras abordagens noticiosas. Essa nova agenda, como diz Henrique Garcia acabou por chegar às emissoras legais depois de um período marcado por aquilo a que chama um “assalto partidário” às rádios depois do 25 de abril:

“Estes piratas entraram sem essas preocupações, sem esses travões (...) o capital queria que os projetos fossem rentáveis e aceitou que alguns cânones fossem rompidos, que o atrevimento fosse assumido porque disso resultaram dividendos e, portanto, o resultado foi que estas estações acabaram por influenciar as outras que não puderam continuar tão certinhas como eram antes. (...) as rádios oficiais por tradição, por influência política, doutrinária, não abordavam determinados temas ou abordavam de determinada maneira, fechada. As rádios piratas tinham uma abordagem completamente diferente que os outros passaram a não poder desconhecer” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Francisco Sena Santos recorda que nas rádios nacionais “o grande problema era a impossibilidade de alterar as coisas”. Um acontecimento de última hora “perdia” sempre para uma reportagem previamente agendada. A falta de flexibilidade era acentuada pela dificuldade em alterar, no dia-a-dia, a marcação da agenda.

“Não havia qualquer possibilidade de agilidade. Nos momentos de crise não era possível interromper emissão normal e fazer um ‘fora de ordem’ para uma notícia. O tempo dos noticiários era reduzidíssimo, os editores tinham liberdade para escolher as coisas, mas era liberdade condicionada

(...) funcionava numa lógica de jornais (manhã, tarde, noite). Tudo era muito limitado, sobretudo na gestão dos meios não havia nada a fazer, não era possível, o editor não tinha autonomia para por um repórter no sítio que era preciso, essa era uma dificuldade, havia uma norma interna que proibia o repórter de ir sem o operador, mas havia uma virtude nisso que era a exigência com o som”. (entrevista pessoal, junho, 2019)

Carlos Andrade, no Livro de Estilo da TSF, escreve que a TSF acelerou o tempo da informação e descreve o processo noticioso do antes e do depois:

“o partido ‘A’ dava uma conferência de imprensa às 10 da manhã de que tínhamos notícia ilustrada com som nos ‘jornais’ radiofónicos da hora de almoço, acrescida de imagem nos ‘telejornais’, ao jantar, e citações com aspas nos matutinos do pequeno almoço. (...). Com o aparecimento da TSF, se o partido ‘A’ anunciava uma conferência de Imprensa para as 10 horas, dirigentes do partido eram contactados de véspera ou manhã bem cedo, para anteciparem a mensagem, não faltando casos em que eram esperados à saída de casa. O arranque da iniciativa era assinalado em directo, por um repórter que, em seguida, garantia a notícia em tempo real.

Divulgada a posição, de imediato se abria a emissão a reacções que, frequentemente, geravam respostas novas, ultrapassando os factos que tinham sido novidade.

Em consequência, a vida da concorrência tornou-se mais difícil e o exemplo não tardou a ser imitado. As estações de televisão e os jornais foram, naturalmente, obrigados a reformular os hábitos de trabalho” (Andrade, 2003, p.5-6)

Quem trabalhou na TSF partilha desta perspetiva. Pedro Brinca recorda que quando a TSF nasceu o primeiro choque foi com as fontes por “acharem que eles é que mandavam no tempo” e exemplifica: “Eu quero fazer uma pergunta. Então passe amanhã pelo meu gabinete” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Para Luís Costa, a aceleração do tempo da notícia é o reflexo da época que se vivia em que “as coisas estavam a acelerar e a pedir que nós também acelerássemos com a realidade, foi claramente uma coisa que percebemos e embarcámos” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Nuno Roby resume o sentimento que se vivia na época: “Na TSF, tudo era diferente. Tudo era novo e acelerado. (...) Havia um sentimento de liberdade em todos nós que se manifestava no trabalho produzido na antena. (...) Havia tanto para fazer, para dizer...” (2008, p.15).

Havia o hábito enraizado de que a agenda noticiosa era definida em função da agenda das instituições e das figuras públicas mais mediáticas. Este carácter institucional sentia-se, ainda mais, fora dos grandes centros de Lisboa e Porto. Os correspondentes ou delegações trabalhavam num ritmo cadenciado e definiam o tempo da divulgação da notícia. Havia uma espécie de ‘cartelização das notícias’ em agenda, expressão de Luís Costa (entrevista pessoal, outubro, 2019), que integrou as delegações do Expresso e da ANOP em Coimbra e,

simultaneamente, a redação da Rádio Actividade. Os correspondentes agiam em ‘cartel’ definindo entre si, semanalmente, o calendário da difusão das notícias, sempre institucionais. Quando um dava a notícia, todos davam.

Nas palavras de Luís Costa, a informação local “era cinzenta, mortiça, não havia dinâmica, não havia esse empenho em fazer coisas diferentes” era dominada pela agenda das instituições locais. “Era extraordinariamente fácil ter uma notícia ao domingo ou segunda-feira e guardá-la para o sábado”. O panorama alterou-se com as piratas porque “isso não tinha sentido (...) até podia não ser uma grande notícia, mas tinha de ser dada agora, não daqui a 3 dias. (entrevista pessoal, outubro, 2019).

O reverso da medalha inflige danos na credibilidade jornalística. Informações não confirmadas ou incorretas, a banalização da notícia de última hora, falta de discernimento ou distanciamento em relação ao acontecimento, são alguns dos problemas apontados.

### 3.5. A valorização do género reportagem

A reportagem é o género nobre do jornalismo radiofónico, o elemento mais “rico entre os utilizados no rádio desde a perspectiva informativa” Emilio Prado (1989, p.85). João Paulo Meneses diz que “a reportagem é tudo aquilo que não pode ser feito em estúdio!” (2016, p.114) e Pedro Coelho escreve que “o repórter é aquele que abandona a secretária e vai para o local do acontecimento” (2021, p.161). Ou seja, o lugar do repórter é na rua para tudo absorver e relatar como escreve Francisco Sena Santos:

“para que o ofício de observar, entender e contar possa ser cumprido com a mais fina precisão é preciso respirar o ar do lugar, absorver o que vem dos sentidos, escutar cara a cara a voz das pessoas. É preciso estar lá, com apurada atenção a tudo.” (Santos, 2021, p.247)

Observar, sentir, ver, escutar, mas também saber contar para enfatizar a importância de saber comunicar: “saber ver e saber fazer ver; entender e dar a entender” (Gomes, 2021, p.20).

No pós-25 de abril a reportagem é o género nobre, a rádio ouve tudo e todos. Para João Paulo Guerra o jornalismo “libertou-se” e houve que “aprender a escrever notícias livremente e responsabilmente”, a rádio foi para a rua e “até a rua entrou na rádio”. O que aconteceu depois? “Esse espírito não se perdeu, perderam-no, foi domesticado” e também houve algum “assentar pés no chão” (entrevista pessoal, fevereiro de 2021). Até aqui, conta Francisco Sena Santos “quem fazia a reportagem tinha um modelo: três minutos, e o repórter faz uma cabeça, a seguir despeja o som de quem fala e depois faz um fecho e mais nada. Isto, eram repórteres ‘pé de microfone’ (...) na prática o editor não tinha poder para mexer, por mais vontade e equidade que tivesse era muito difícil” (entrevista pessoal, junho, 2019).

A reportagem tão valorizada na rádio em plena revolução tinha-se, entretanto, esbatido. Com as piratas a reportagem reafirmou-se como género nobre do jornalismo e a rádio voltou a sair para rua. José Manuel Mestre, então na TSF, fala do regresso da reportagem que “estava esquecida, o direto quase não existia ou era para o futebol ou coisas pontuais, não no sentido de narrar ou contar com rigor o que se está a ver”. Mas destaca, sobretudo, a reportagem com som, com os sons ambiente do que está a acontecer e que dão outra dimensão sensorial e auditiva a quem a escuta: “a reportagem passou a ser denominador comum, e contar com sons e com sons ambiente. O som voltou à rádio. O som quase não existia só na grande reportagem (...) não existia na reportagem do dia a dia, e essa é grande mais-valia” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021)

Para Adelino Gomes, a diferença passou por uma nova atitude, “gente que se atirou para o microfone, gente que estava ali para contar e as palavras tinham de vir — este é o acontecimento e a gente não se cala enquanto o acontecimento não estiver relatado — a reportagem é isso.” E lembra a frase de Fernando Pessa sobre a reportagem radiofónica: “é dizer repentinamente e de viva voz o que se ouve e vê — esses jovens foram mandados dizer repentinamente e de viva voz o que viam e ouviam — acho isso um exercício extraordinário de rádio a sério” (entrevista pessoal, setembro, 2019).

Para a vulgarização da reportagem em direto ou gravada contribuíram as facilidades técnicas que puseram em evidência a agilidade e ubiquidade da rádio, características inatas do meio. Era possível fazer vários diretos ao mesmo tempo, de sítios diferentes, coordenados a partir do estúdio. A generalização do híbrido foi um contributo importante porque tornava possível ter várias chamadas telefónicas em linha ou em espera para entrarem na emissão.

A reportagem, o direto, o acompanhamento em antena aberta minuto a minuto encontraram um espaço de afirmação e desenvolvimento. Mas se os projetos profissionais tinham na sua génese a reportagem, muitas das pequenas rádios até podiam aspirar a ter reportagem na informação, mas não dispunham de recursos humanos, técnicos e financeiros para a concretizar. Luís Mendonça da então Rádio Universidade do Marão (atual Rádio Universidade FM de Vila Real) lembra que “a Associação Académica tinha serviço da Lusa e um de nós fazia triagem das notícias, eram sempre as meninas que liam as notícias e dependia se havia alguém para ler, às vezes não havia, (...) dávamos algumas notícias da região, mas era tudo muito embrionário, sem reportagem e sem diretos na informação” (entrevista pessoal, novembro, 2019) Um cenário não muito diferente do que João Paulo Guerra descreve na *Telefonia de Lisboa*: “eram voluntários que estavam ali por seu gosto mas com limitações e trabalhavam noutra sítio em que ganhavam o seu ordenado e não podiam fazer parte de uma rádio com compromissos e horários...era impossível fazer informação regular a todas as horas e um noticiário ilustrado com reportagens ou *rm's* de acontecimentos no exterior” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). Apesar das ambições, muitas rádios deparavam-se com as limitações próprias de quem não tinha uma estrutura montada que as suportasse. Apenas algumas, efetivamente, a tinham, as que já tinham sido criadas com um horizonte nacional,



profissionais, que não se reviam na aceção de piratas e se assumiam como concorrentes das antenas nacionais.

### 3.5.1. O Pivô-Repórter

À semelhança do já se via e ouvia lá fora, é nesta década, e na TSF, que o Editor dos noticiários se revela também uma espécie de repórter pela forma como conduz a emissão e articula a entrada dos repórteres em antena. É o nascimento e a afirmação daquilo a que Adelino Gomes classifica como a figura do pivô-repórter e que é protagonizada por Francisco Sena Santos na TSF:

“do estúdio actuavas como o repórter dos repórteres: sublinhando ou reforçando ou completando o que se dizia; indicando ângulos ou frinças por onde quem se encontrava no terreno poderia aproximar-se mais do que importava ver para relatar; substituindo-o, momentaneamente, quando ele, por razões técnicas ou outras, deixava de ver, ouvir, ou se mostrava em dificuldades para o dizer. Daí que o teu trabalho atingisse a plenitude quando no ar, em directo, distribuías o jogo entre vários repórteres em diferentes cenários de um mesmo ou mais acontecimentos. Ubíquo, para não dizer omnipresente e de alguma forma omnipotente, qual big brother benigno, instalado num estúdio especialmente pensado para a tua “actuação” (tinhas, como bem recordas, uma bateria de ecrãs sintonizados nas CNN’s todas daquele tempo), tu eras aquele que a nós, ouvintes no rádio ou em casa, nos fazia chegar o terreno e tudo à volta, numa mistura de testemunhos directos e de múltiplas outras interacções e reacções que se iam sucedendo. Repórter dos repórteres”. (Gomes, 2021, p.27)

Sena Santos assume essa figura e a sua aparente contradição “falta ao pivô-editor fechado no estúdio a experiência essencial: sentir diretamente a realidade tratada”, aparente porque esta nova função abre as portas do estúdio e coloca o “pivô no lugar da notícia” onde estão os repórteres. O objetivo é o de absorver a realidade em todas as suas dimensões:

“O pivô, sem essa essencial experiência continuada a encontrar as pessoas, a escutar-lhes a voz, a observar-lhes os gestos, a dar-lhes a atenção que é devida, a entender a realidade delas, a senti-las nas mágoas e ambições, a explorar os lugares, é penalizado pela falta de vida vivida para melhor poder captar e contar a realidade.

A perceção desse defeito levou a procurar modos para tentar suprir a falha. Boa opção para ocasiões especiais: o pivô-editor acumula a tarefa de repórter.” (Santos, 2021, pp.244)

No lugar da notícia está quem edita e conduz a equipa de repórteres.

A organização planeada ou em cima do acontecimento de emissões especiais e *non-stop* a partir dos locais dos acontecimentos ou em estúdio favoreceram a construção e apuramento da figura do Pivô-Repórter.

### 3.5.2. A Reportagem do incêndio no Chiado

Na madrugada do dia 25 de agosto de 1988 deflagrou o incêndio no Chiado, em Lisboa. Os jornalistas da TSF foram os primeiros a chegar ao local e a iniciar, desde logo, um direto ininterrupto que só terminou à meia-noite.

Nuno Roby vivia ao lado do Chiado, estava acordado, deu conta do incêndio e foi o primeiro a dar a notícia na rádio e também aos jornalistas de outros órgãos de comunicação social. O então jornalista da RTP Manolo Bello foi um deles: “naquela altura ligava-se logo a TSF, era a nova rádio (...) eu consegui ver, ouvindo o que estava a acontecer” até chegar à RTP para partir em reportagem para o Chiado, recorda num debate do Jornal das 9 da SIC sobre a cobertura jornalística ao incêndio do Chiado. E Mário Crespo lembra que na televisão pública havia duas escolas que se opunham, a do direto e a da peça editada *à posteriori*, uma “atitude radicalmente diferente” da TSF. Ainda no mesmo debate Nuno Roby destaca o facto de Portugal ainda não estar, na época, “habitado a uma certa liberdade de informação e esta postura da TSF de horas seguidas com 50 repórteres nas ruas de Lisboa em direto de cabines telefónicas, de cafés, de pastelarias, de lojas, de facto, veio mudar muito (...) esta reportagem foi um marco na TSF e no panorama da informação em Portugal.” A celeridade da reportagem da TSF acabou por influenciar o *timing* dos outros repórteres. É o próprio Manolo Bello que o reconhece ao afirmar que a rádio “empurrava, marcava uma dinâmica, ia à frente, obrigava-nos a todos...”. A RTP acabou por fazer diretos, embora, na época, fossem “relativamente mal vistos, consideravam [os directos] dispendiosos, despesistas e excêntricos” (*Lusa*, 23 de agosto de 2013). Noutra reportagem Nuno Roby conta que algumas chefias de redações não “percebiam quando pedíamos para fazer uma chamada para “entrar em directo”. Em directo? Para quê?” (*TVI24*, de 25 de agosto de 2008).

Para José Manuel Mestre, “o Chiado serviu para dizer ao país o que era uma rádio em direto” (*SIC*, 25 de agosto de 2013). Francisco Sena Santos afirma que, naquele dia, a rádio entrou numa nova era porque “puseram o ouvinte em todos os lugares da notícia” (2008, p.25).

João Paulo Guerra acredita que “mais do que mudarem por si [as rádios] mudaram face à realidade. O incêndio Chiado mudou muitas rádios pelo exemplo da TSF (...) esse estilo e atitude de estarmos aqui e estamos a levar o acontecimento a toda a gente — isso foi um grande exemplo que mudou a atitude das rádios” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

O incêndio no Chiado foi a oportunidade para a equipa da TSF pôr à prova e aplicar tudo o que tinha aprendido no curso inicial de formação de 1987. Para os profissionais da época, o incêndio no Chiado representou uma viragem na cobertura noticiosa. A forma como foi feita a cobertura do incêndio teve impacto imediato nos outros órgãos de comunicação, ainda no decorrer do acontecimento. A TSF afirmou-se no panorama radiofónico nacional e no plano político marcou uma posição no ainda conturbado período que antecedeu o lançamento do concurso para atribuição das frequências locais.

Pelo trabalho na cobertura do incêndio no Chiado, a TSF recebeu o primeiro prémio coletivo Gazeta do Clube de Jornalistas ainda enquanto rádio pirata num contexto de pré-legalização das emissoras, com polémicas, pressões, guerras abertas entre os que lideravam o movimento das rádios livres ou piratas e o governo de então liderado por Cavaco Silva.

### 3.6. Fontes: outras e mais vozes, outra postura

A rádio sempre foi um meio interativo, a participação dos ouvintes nos programas remonta aos primórdios da sua história. Nos anos 70, os programas independentes que iam para o ar de madrugada tinham já um espaço idêntico ao dos fóruns com participação da audiência por telefone, em que os ouvintes telefonavam para comentar assuntos da atualidade. João Paulo Guerra conta que na Renascença eram emitidas reportagens feitas nos bairros e que depois colocavam “pessoas ao telefone a comentar, como se faz agora, à uma da manhã (...) não era regular, de vez em quando as pessoas davam a sua opinião” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021), mas esse modelo acabou passados uns meses por intervenção da censura.

As piratas trouxeram não só uma maior diversidade de vozes às notícias como modificaram o relacionamento entre jornalistas e fontes e o tempo em que se moviam. A ampliação das fontes de informação no jornalismo radiofónico reflete, também, a facilidade em aceder aos media e à rádio. As rádios locais contribuíram para alargar o campo da representatividade social através dos meios de comunicação social e conferem à rádio uma ‘aura de democracia’ (Bonixe, 2019, p.24). Os movimentos alternativos, sobretudo de âmbito cultural, conquistam, igualmente, o espaço mediático. As vozes nas notícias são agora, também, as dos cidadãos anónimos e de vozes não oficiais, como refere Henrique Garcia: “vínhamos de um sítio onde não nos sentíamos bem e quando lá chegamos [às piratas] não quisemos repetir os modelos, [queríamos] constantemente inovar e trazer abordagens novas, dar opinião de gente que normalmente não dava opinião” (entrevista pessoal, dezembro, 2019). O acesso aos média, e no caso concreto à rádio, democratiza-se. Esse era também o sonho de quem fazia estas novas rádios: “uma rádio aberta, pluralista, com múltiplas vozes, e uma rádio a dar voz àqueles que não tinham voz.” (Adelino Gomes, entrevista pessoal, setembro, 2019)

Há um apelo constante à participação ativa dos ouvintes, não apenas nos programas de formato participativo, mas também na realização das reportagens e dos diretos. Pedro Brinca, na primeira pirata por onde passou, lembra que organizaram ciclos de debates em cada município com políticos e forças sociais de cada um, “havia esta presença com políticos e ouvintes. As rádios locais deviam ter esta missão, a rádio ir ter com as pessoas. Ir às compras e cruzar-se com a rádio é das coisas mais bonitas, não é estar fechada no estúdio” (entrevista pessoal, novembro, 2019)

Há como que uma necessidade de levar o microfone para a rua e uma apropriação por parte dos ouvintes que assim, tornam — e sentem — a rádio mais sua. A interatividade ou a participação direta dos ouvintes nas emissões radiofónicas ganhou, neste período, uma nova dimensão. As piratas eram feitas por aqueles que antes eram apenas ouvintes. Uma rádio de e para a comunidade, feita por todos e para todos. A Rádio Terra Nova de Ílhavo era um desses exemplos:

“Foi uma aprendizagem feita pela comunidade envolvente, foi um elemento catalisador no processo de comunicação entre o munícipe e os órgãos de gestão. Funcionámos nos dois sentidos, não é só a Câmara que pretende comunicar é o próprio munícipe que utiliza o órgão de comunicação local para dar azo às suas inquietações, e a Câmara acabou por estar mais atenta ao que acontecia, era uma fonte de informação para motivar ações de correção, no bom sentido, estas coisas funcionavam bidireccionalmente” (Vaco Lagarto, entrevista pessoal, outubro, 2019).

Vasco Lagarto realça, também, que há aspetos negativos, “uma certa pressão para condicionar as coisas e nem sempre foi fácil resistir a essa pressão, talvez tenha sido por isso que a rádio se manteve” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Paralelamente, a rádio dá também voz a figuras alternativas, do contrapoder ou que até aí não tinham espaço nos órgãos de comunicação social e que passam a integrar painéis de debate, comentário ou a ter protagonismo noutros formatos jornalísticos.

Entram no cenário mediático novas vozes e outras fontes a par da consagração dos velhos protagonistas, que continuam a ser procurados pelos microfones das piratas até para se afirmarem junto do poder político. Exemplo disso são as entrevistas de membros do governo, deputados, organismos estatais, presidentes de camara e juntas e até do Presidente da República. Já em 84, a primeira emissão da TSF tinha fechado com uma “declaração da Presidência apoiando as ondas livres” (*Se7e* 20 de junho de 1984). Mas para a história deste período fica a entrevista do então Presidente Ramalho Eanes a António Colaço da Rádio Antena Livre de Abrantes em 1985. Foram “quatro horas em Vila de Rei, atrás do Eanes que me tinha prometido que falava...pela primeira vez pôr o Presidente da República a falar numa rádio pirata (...) eu ia atrás dele e ele dizia ‘já lhe disse que falarei’ (...) deu todo o apoio à legalização das rádios. ‘Senhor Presidente o que acha das

*rádios livres e tem a noção de que está a falar para uma?”*. (entrevista pessoal, janeiro, 2021).

António Colaço foi um dos precursores do movimento das rádios livres e o organizador dos primeiros encontros do setor. Conseguir esta entrevista foi uma vitória para as rádios: “deu que falar, terá sido mais um contributo”, mais um a par de outros e de outras entrevistas como a que António Colaço fez a Coimbra Martins, Ministro da Cultura de então. A “dado passo da entrevista, ali nos estúdios, eu disse: *senhor Ministro estamos aqui numa emissão clandestina, se aparecesse agora aqui a polícia, o que é que faria?*”, o Ministro, diz, respondeu: “*Eu limitava-me a cumprir o que eles mandassem’...nunca mais me esqueci*” (entrevista pessoal, janeiro, 2021).

Ambas as histórias denotam a facilidade de contacto entre as emissoras e as mais altas figuras do Estado e do governo, um contacto direto, não mediado e que, simultaneamente, confirmam a cumplicidade e a conivência entre o poder político e as rádios ilegais.

O relacionamento entre jornalistas e fontes também se altera. Agora é o jornalista que define o tempo da emissão da notícia. A declaração ou as reações são para emitir ‘já’ e não no tempo definido pelas fontes/entrevistados como acontecia até aqui. A relação temporal com a fonte foi acelerada em face do imediatismo da informação, com os diretos e o acompanhamento minuto-a-minuto dos acontecimentos. Este imediatismo torna tudo o que se diz irreversível, como reconhece Vasco Lagarto: “quando se trata de imprensa escrita há um atraso e pode-se corrigir, na rádio saiu, saiu”, não se pode corrigir. Esta nova realidade condiciona não só o jornalista como as suas fontes e entrevistados, sobretudo no caso dos diretos.

A confrontação, as perguntas contrapoder (qualquer poder) são patentes não apenas na reportagem, mas também nos programas de grande entrevista sobretudo nos projetos mais profissionais, caso da TSF, CMR ou Rádio Geste.

Da programação da Rádio Geste destacaram-se os programas de grande entrevista, conduzidos por nomes conhecidos do jornalismo e cujas perguntas eram, além de acutilantes, “atrevidas” como as descreve Henrique Garcia, eram perguntas “pouco vulgares na altura, era um atrevimento educado, mas não ultrapassámos os limites” (entrevista pessoal, dezembro, 2019).

É neste período que se assiste à construção de um reposicionamento do jornalista em relação à fonte: define o prazo da resposta e pergunta até conseguir a resposta. É a perda do lugar cativo das fontes oficiais e institucionais e o reforço do papel do jornalista enquanto ‘perguntador’.

Elisabete Caramelo, então na TSF, recorda que faziam “perguntas que se impunham e na hora (...) uma pessoa não respondia a uma pergunta e deixávamos o silêncio, normalmente não se fazia, a pessoa não respondia e cortava-se, nós deixávamos o silêncio. O silêncio é uma resposta — uma provocação? — às vezes sabíamos que a pergunta era incómoda, mas a pessoa podia responder que não ia responder a essa pergunta, podíamos perguntar porquê e respeitávamos” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

David Borges destaca também a atitude dos repórteres da TSF na construção de um novo posicionamento perante as fontes, mas também perante o poder: “os repórteres da TSF entraram em locais onde os jornalistas, normalmente, não entravam e abordavam as coisas com um desassombro com que, habitualmente, não se abordavam e essa foi a marca dominante da TSF e aquela que fez reagir quer o poder quer os outros companheiros de percurso” (Actual Reportagem, RTP, 1995). A influência do estilo TSF alastrou não só às rádios mais pequenas que procuravam ser pequenas TSF, mas também às maiores e às nacionais.

De novo, o excesso conduziu a emissões anárquicas e ininteligíveis que refletiam uma ‘rádio sem filtro’. A ampliação das fontes era, muitas vezes, acrítica, a reprodução de uma lista extensa de quem se apropriava do microfone sem regras e sem limites. A rádio foi, ainda, instrumento de pressão, de manipulação política, e de instrumentalização de vozes aparentemente anónimas e populares.

Se muitas rádios inovaram e diversificaram no que toca às fontes e às vozes das notícias, outras limitaram-se a replicar, em antena, os jornais locais e nacionais, os comunicados de imprensa e as informações publicadas ou emanadas por outros. A leitura literal da notícia do jornal, do comunicado da Câmara Municipal, da agenda de espetáculos publicada na imprensa ou da lista das farmácias de serviço com morada e telefone era comum e em muitas rádios que não dispunham de recursos para terem uma redação ou um serviço informativo autónomo com produção própria. No fundo, era a estrutura organizativa e os meios financeiros que proporcionavam uma maior profissionalização, que distinguiam os produtos jornalísticos das rádios.

### 3.7. Linguagem, voz e comunicação

Escreve Iñaki Gabilondo que a comunicação se materializa na voz e que importa “o que se diz, mas também o como se diz” (Esteban e Lastra-Núñez, 2019).

A linguagem da rádio, a escrita da notícia, resume-se à denominada regra dos 3 Cês: Claro, Correto, Conciso. Escrever para ser dito e escrever para o ouvido. O facto de a rádio ser um meio puramente auditivo determina não apenas a linguagem, mas também a estrutura da notícia radiofónica.

Nos anos 60, Luís Filipe Costa tinha inovado com uma nova conceção de noticiários no Rádio Clube Português. Não foi apenas o lançamento de serviços noticiosos de hora a hora, mas foi toda uma outra forma de pensar a escrita jornalística para a rádio, de estruturar o noticiário, de tirar partido do som e da reportagem. A aprendizagem no RCP e nos programas independentes na RR foram essenciais para aquilo que se viria a assistir na década de 80 nas piratas e, sobretudo, na TSF e no curso de preparação da nova equipa.

A voz confere identidade ao texto radiofónico, funciona como um “signo indexical” (Meditch, 1999, p.180) que situa o ouvinte naquela emissora e naquele registo, sinalizando diferentes momentos. No que diz respeito ao texto jornalístico, Meditsch identifica uma base híbrida de produção da fala: “a fala instantânea a partir de um esquema, que define as linhas básicas do texto, mas exige a complementação das frases de forma improvisada”, uma mistura entre planeamento e espontaneidade que terá raízes nos modos de falar ao microfone nas rádios piratas.

Nos anos 80, Rogério Santos fala de uma mudança de paradigma a diversos níveis e destaca a linguagem, que é informal e irónica, em que os seus protagonistas sabiam que estavam a “fazer uma cultura desafiante” e a adotar uma postura de “contracultura” (2020, p.158). Para Sena Santos, foi importante mudar a linguagem, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam” (entrevista pessoal, junho, 2019). O eixo explorado, sobretudo pela TSF, foi o de aliar a mudança de linguagem a outra forma de comunicar as notícias. Deixar de ler e passar a dizer.

Adelino Gomes, que organizou o curso da TSF, tinha uma conceção: “na nossa conceção do jornalismo a apresentação é um ato jornalístico”. Ou seja, a voz adquire um papel tão ou mais importante que palavra:

“a voz está ao serviço da palavra, não é a palavra que está ao serviço da voz, mas a palavra ao serviço da voz — o discurso ao serviço da forma — faz com que coisas importantes não sejam ditas, mas também coisas importantes sem percetibilidade não são apreendidas e entendidas”. (entrevista pessoal, setembro, 2019)

Por isso, o curso valorizava a voz não no sentido da voz solene ou bonita que estava na tradição das emissoras nacionais, mas da “voz como instrumento de comunicação”, em que o editor do noticiário tivesse uma identidade. “Era uma rádio de mangas arregaçadas, informal era uma forma de comunicar não era a rádio ‘das três pancadas’ e da ‘meia bola e força’ era a rádio pensada, planeada, culta” explica Adelino Gomes. Mas o conceito gerou críticas:

“diziam que aquilo era uma linha em mangas de camisa em que até um gago podia ir ao micro, dizíamos que não, é um misto da solenidade rigorosa e artisticamente sedutora da BBC, do rigor e sedução com o estilo mangas de camisa (...) juntar rigor e solenidade, voz bem colocada e as frases saírem bem, mas isso não sacrifica a comunicação, a comunicação precede a forma, a comunicação é em si uma forma, com as duas componentes, a formal e de conteúdo” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

A linguagem e a postura ao microfone menos formais vieram, sobretudo, pela voz dos profissionais das rádios das antigas colónias, que tinham sido integrados na emissora pública

e que fizeram parte das equipas fundadoras de vários projetos de rádios piratas ou de rádios locais já legalizadas. Francisco Sena Santos resume essa nova postura: “era uma festa” (entrevista pessoal, junho, 2019). Uma postura na informação e na programação influenciada pelos relatos de futebol e pela linguagem desportiva radiofónica de pendor marcadamente oral, informal e mais afetivo. *Voices com ‘cores’*.

A linguagem, as vozes e a forma como se falava ao microfone tornam-se menos formais e mais próximas do registo do ouvinte. Mas as piratas trouxeram ainda outra ‘cor’: a rádio com sotaque. O modo como fala a audiência é o modo como se fala na rádio, o que contribui para a construção de uma identidade local e um reforço dos laços sociais e culturais daquela comunidade. “Os locutores que falam do mesmo modo que os habitantes, o seu povo ou da sua cidade, destroem-lhes a sensação de que a rádio é uma espécie de voz oficial” — as palavras são de Umberto Eco citadas por Bonixe (2019, p.20) para exemplificar a nova linguagem radiofónica inaugurada pelas rádios locais.

O reverso é audível nos exageros de linguagem e de vocabulário, uma locução em que a dicção estava ausente, com o conseqüente atropelo de letras e palavras que tornava a mensagem, por vezes, impercetível. A linguagem popular aliada ao excesso de informalidade acabavam por criar ruído na comunicação, criando problemas de perceção e de compreensão. A locução expressiva, não balizada em regras de colocação de voz e respiração ou cuidados técnicos de postura corporal, conduziu a uma atitude demasiado amadora, caseira, excessivamente informal, soluçada, rápida ou o inverso. As gaffes ao microfone sucediam-se, sem que muitas das rádios se obrigassem a revê-las e a aprender com elas.

Terá havido, por certo, uma transição demasiado brusca da voz e dicção formais e perfeitas para um registo informal e uma rádio em que cabiam todas as vozes e sotaques.

Na década das piratas levou-se ao extremo a ideia de que, ao microfone, era preciso “falar como as pessoas falam”. A meio da década, o *Expresso* traçou uma imagem negativa sobre o panorama da radiofónico português e, em concreto, sobre a locução em todas as rádios fossem as oficiais ou as ilegais:

“Mas ainda há alguém que ouça rádio? A rádio oficial bem entendido, aquelas vozes arredondadas, quentes, de erros presunçosos e erros que o não são menos? (...) Por esse país fora, com raríssimas exceções, os emissores domésticos das rádios piratas repetem, normalmente em pior, dada a falta de traquejo dos improvisados locutores, aquilo que ouvem nas grandes emissoras (...) o que a maioria dos piratas faz é imitar” (*Expresso*, 7 de junho de 1986)



### 3.8. A estética sonora noticiosa

Os anos 80 foram anos de escuta de novas sonoridades no contexto de uma mudança cultural que passava pelos festivais de música, o acesso a discografia estrangeira, a afirmação do rock português e que tiveram eco em programas de rádio marcantes e com uma audiência jovem que procurava novas modas, estilos, sensações e experiências (Guerra, 2019, p.289). Tudo isto, aliado a outros fatores, gerou novas sonoridades veiculadas pela rádio.

A comunicação em rádio assenta em códigos sonoros e a sua narrativa é concebida para ser apenas percebida pela audição. Por isso, “o meio foi adquirindo e assimilando no seu discurso os códigos sonoros, os elementos expressivos e a lógica contínua e temporal da narrativa radiofónica. Com essa apropriação, a rádio passou a adquirir, igualmente, uma estética que a diferencia dos outros meios de comunicação social” (Bonixe, 2012, p.45). Falamos aqui da estética sonora que caracteriza cada emissora e, em concreto, da acústica construída para os espaços jornalísticos conferindo-lhes uma identidade facilmente reconhecível ao ouvido. Cada conteúdo é identificado por uma sonoridade que serve de guião ao ouvinte. Pode ser apenas música ou uma construção de sons, palavras, música e silêncio. Nos anos 60 e 70, alguns programas de produção independente já tinham trazido uma sonoridade diferente. João Paulo Guerra relembra aquilo que classifica como ‘montagem quase cinematográfica’ do som: “corta aqui liga com isto, exatamente como no cinema, percebemos que aquilo era um instrumento da linguagem radiofónica” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). Essas experiências tiveram continuidade na década de 80, sobretudo nos projetos mais profissionais que trabalhavam o som e a estética sonora da estação como uma marca de identidade. Mas as rádios mais experimentalistas, ou que veiculavam movimento de expressão cultural, também construíram sonoridades inovadoras e criativas.

As rádios piratas produziram uma nova estética (Santos, 2005) sobretudo nos elementos que conferem identidade sonora aos espaços da programação radiofónica: jingles, genéricos, cortinas ou separadores, spots, malhas<sup>7</sup>, entre outros.

O imediatismo e relevância da informação criam novas sonoridades que se identificam com a urgência da notícia. Os recursos sonoros que assinalam os conteúdos jornalísticos, como os noticiários e os programas de informação, ganham mais ritmo e dinâmica. Chamam a atenção do ouvido para a notícia, identificam-na com a premência da informação. Cria-se um ‘ritmo informativo’, que muito fica a dever às trilhas sonoras que, juntamente com uma leitura rápida e cadenciada, criam um clima auditivo para ouvir a notícia. Criou-se uma

<sup>7</sup> Jingle curto, cantado com um refrão fácil de memorizar; genérico: a música com ou sem voz que abre ou fecha um programa; cortinas ou separadores: pontos sonoros que indicam mudança de tema, ou o início e o fim de um painel publicitário; spots de anúncios publicitários; malhas ou trilha sonora: música ritmada que indica que vão ser dadas informações específicas (trânsito, meteorologia, títulos do noticiário, minutos finais de um relato de futebol, informação de última hora)

estética sonora associada ao jornalismo. A arte de sonorizar, o “brilho” como invoca Emídio Rangel: “sons únicos que falavam de coisas coincidentes com as palavras” (2008, p. 9).

Os profissionais vindos das antigas colónias influenciaram a forma de falar ao microfone, mais viva e interpretativa, que usava uma linguagem mais informal e que tirava partido das sonoridades. Muitos desses profissionais das rádios de África vinham da área da realização e da animação e acabaram por introduzir outras sonoridades e revolucionar a estética informativa. Um deles foi João Canedo, responsável pela imagem sonora da TSF, e que assume isso mesmo: “a ideia era trazer um bocadinho da rádio que fazíamos em Angola” (*Público*, 2 de março de 2003).

A marca da TSF tinha uma dinâmica forte e rápida que entrava pelo ouvido e, facilmente, se memorizava. Um ritmo informativo, se assim lhe quisermos chamar, uma urgência sonora que refletia a urgência da notícia. Era o som da rádio jornal: “do jornal radiofónico, era tudo subordinado à ditadura da notícia, do que é informação, notícia e reportagem, os jingles são nesse sentido” A TSF tinha como slogan *Vamos ao fim da rua, vamos ao fim do mundo* — “são quase palavras de ordem” diz Adelino Gomes, “mesmo o indicativo era uma espécie de *tan-tan* tribal no sentido do McLuhan, chama, anuncia, *urbi et orbi*, à cidade e ao mundo” (entrevista pessoal, setembro e outubro de 2019).

A estética sonora não se confinou à informação, a criação de uma identidade sonora era um cuidado de algumas emissoras. A Rádio Geste é apontada como a emissora que mais cuidava dessa vertente. “Uma rádio bonita” como vários profissionais a descrevem ainda hoje. Henrique Garcia diz que o modelo da Geste era a da “rádio para fazer a boa companhia, todas as novas rádios preocupavam-se muito com a estética o embelezamento e houve fórmulas que encontramos (...) acho que foi um projeto fora do tempo” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Também neste ponto há um reverso. O abuso de malhas, trilhas, cortinas, jingles que geravam uma cacofonia. A utilização excessiva e sem critério de recursos sonoros que conduzia a uma agressividade auditiva e ao cansaço por parte do ouvinte. A banalização sonora da relevância da notícia, como se todas fossem igualmente importantes e merecedoras de um destaque auditivo.

#### 4. As rádios piratas como ‘escolas’ de jornalismo<sup>8</sup>

Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor (*Projeto de Lei* nº252/III(a) de 26 de

8 Parte deste subcapítulo foi publicado no ebook “Para uma história do jornalismo em Portugal — II” (2021) coordenado por Carla Baptista, Jorge Pedro Sousa e Celiãna Azevedo, que inclui parcialmente os trabalhos apresentados na II Conferência Internacional organizada pelo ICNOVA em outubro de 2020, em Lisboa.

novembro de 1983). Nas Jornadas de Comunicação Social, em 1986, foi destacado “o papel de utilidade pública e de centros de estágio e formação de jornalistas que as rádios locais podem desempenhar” (*Diário Popular*, 10 de abril de 1986). Havia, pois, a ideia de que, numa época em que os cursos superiores ou de formação profissional estavam ainda a começar, as rádios podiam ser, simultaneamente, um agente de formação, de empreendedorismo e um potencial empregador.

Para uma geração de jornalistas, as piratas foram uma ‘escola’. Foi, literalmente, ao microfone que descobriram ou consolidaram vocações. A experiência que tiveram acabou por pesar na definição do seu futuro profissional. A ‘escola’ pirata insere-se na convicção da época de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Mas, ao mesmo tempo, as piratas abrem portas aos primeiros licenciados dos cursos de comunicação social, aos estudantes de jornalismo e absorvem os que saem dos cursos profissionais da área. Algumas emissoras estimulam os seus colaboradores a frequentar cursos profissionais ou tomam a iniciativa de fazer, de forma mais ou menos organizada, as suas próprias formações. Assistimos aqui, novamente, a um novo escalonamento. Em rádios mais amadoras e rudimentares não havia este tipo de preocupações, nos projetos mais profissionais, e que tinham por objetivo a legalização, organizavam-se formações que iam desde as sessões informais com os jornalistas seniores à realização de ações mais estruturadas ou mesmo à organização de cursos. Exemplo deste último, é o curso promovido pela TSF para animadores, técnicos e jornalistas com vista a uma redação formada de raiz com o denominado ‘espírito TSF’.

As piratas foram a rampa de acesso ao jornalismo, embora alguns já tivessem experiências nos jornais locais e regionais, e foram a ‘escola’ de uma geração que nasceu do movimento pirata.

A questão que aqui se pode colocar é o que surgiu primeiro: se o ensino que gera uma nova prática ou a prática que exige outro tipo de ensino. Acreditamos que ambos se interligam e estimulam mutuamente, dando lugar à transformação que se assistiu nos anos 80. Mas o que mudou, nas práticas e no ensino do radiojornalismo, não surge apenas nesta década, é o culminar de um percurso.

#### 4.1. O Ensino do Jornalismo Radiofónico nos anos 80

A história do ensino do jornalismo em Portugal espelha o afastamento entre a universidade e o mercado de trabalho, entre os académicos e os jornalistas. Um fosso que atravessou gerações e que se centra no tipo de formação que cada parte entende como a necessária para o exercício da profissão de jornalista.

Em Portugal não existiu uma tradição de ‘escolas de jornalismo’ que conjugasse a formação humanística e as aprendizagens profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1997). Prevaleceu

a ideia de que o jornalismo não se ensina e que se aprende no dia-a-dia da redação. Só nos anos 60 se começou a assistir a uma transformação. A discussão do ensino do jornalismo ligado à profissionalização da classe intensificou-se nesta década (Sobreira, 2003) e viria a dar frutos na década seguinte.

Durante muito tempo a formação esteve confinada às próprias emissoras. É relevante o papel da Rádio Universidade<sup>9</sup>, em Lisboa, que começou a sua atividade em 1950 em colaboração com a Emissora Nacional e que se assumiu, ainda que informalmente, como uma escola de rádio:

O curso era dividido em três partes: no primeiro ano os alunos eram estagiários, não tinham acesso à cabine de locução e assistiam às aulas dos profissionais que já faziam rádio. No segundo ano, passavam a locutores provisórios e, uma vez por semana, tinham acesso ao microfone para ler textos, acompanhados de um “profissional” que lhes dava algumas aulas de dicção e sobre o funcionamento da mesa. No final do segundo ano, faziam provas de locução e passavam a locutores efetivos. Depois tinham direito a um programa semanal e ficavam à espera que as rádios profissionais os chamassem para trabalhar (Cordeiro, 2004, p.7).

A Rádio Universidade foi uma espécie de academia e, simultaneamente, uma montra para os jovens onde as estações iam buscar colaboradores (Santos, 2017), sendo que muitos transitaram para as emissoras nacionais e, mais tarde, fundaram rádios nos anos 80. Os estudantes universitários ou liceais do 6º e 7º anos podiam candidatar-se a colaborador da estação (Santos, 2017) e eram sujeitos a provas, conforme recorda Adelino Gomes:

“Deram-me uns papéis com textos em prosa e em verso, muito difíceis de ler, coisas escritas pelo Aquilino Ribeiro — com regionalismos — tudo o que fosse complicado e exigisse que mostrássemos que tínhamos articulação, um bom timbre e a capacidade de ler palavras difíceis. Penso que havia uma entrevista, mas a terceira prova (aquela que me agradou mais) foi uma *soi-disant* reportagem. Isto é, davam-nos um tema e diziam: “Imagine que está no local e fale”. (...). Davam-nos dois ou três minutos para pensar, falávamos e depois mandavam-nos calar” (REC, 2 de janeiro de 2019).

Depois de admitidos não havia uma formação formal, como revela Joaquim Furtado, mas um processo de aprendizagem baseado na experiência dos mais velhos e na experimentação:

“Os que chegavam de novo tinham uma espécie de estágio com os que já estavam, era uma passagem de testemunho, mas era, sobretudo, uma transmissão de informações básicas sobre o que

---

9 A RU nasceu de uma associação entre a Mocidade Portuguesa e o Centro Universitário de Lisboa

é chegar ao microfone, pôr um disco no prato e pô-lo a rodar, apresentá-lo, montar programas, editar...e as pessoas saíam também diferentes” (REC, 6 de janeiro de 2019).

Diferentes porque, como explica Adelino Gomes, tudo se discutia: “era uma discussão continuada entre nós, os programas faziam-se, mas não se limitavam ir para o ar, era discutido em grupo, passávamos horas a experimentar. Mais importante do que os programas, eram as experiências que fazíamos procurando outra linguagem” (REC, 6 de janeiro de 2019). Para Joaquim Furtado foi uma “geração que transformou formalmente a rádio” (REC, 6 de janeiro de 2019).

A Rádio Universidade foi uma escola para muitos profissionais que, apesar da censura, vislumbraram uma nova forma de fazer rádio e jornalismo, e que criou raízes para o que viria acontecer nas décadas seguintes ao nível da formação e da montagem dos novos projetos radiofónicos, antes e pós a legalização das rádios locais.

Até ao final dos anos 70 foram elaborados esboços de cursos superiores que não saíram do papel. Na ausência de um ensino académico ou profissionalizante, as emissoras nacionais formaram internamente jornalistas, técnicos, animadores e locutores saídos dos concursos de seleção. A Emissora Nacional organizava cursos enquanto no RCP se aprendia, sobretudo, com a primeira geração de radialistas:

“a formação era aprender fazendo com os mais velhos, o Luís Filipe Costa era o mais velho no noticiário, não era nada paternalista, ensinava pela prática, corrigindo os nossos erros e seguindo o exemplo dele, estava sempre com ideias novas, criou um noticiário que era um noticiário com uma linguagem telegráfica muito mais avançada do que o comum dos noticiários do RCP. E os noticiários do RCP [mudaram] a linguagem da rádio. Há coisas que ouço hoje, 40 ou 50 anos depois, e ‘Olha, isto é, do tempo do Luís Filipe Costa’! É verídico, toda a gente da rádio aprendeu com o Luís Filipe Costa mesmo os que não sabem quem é. [Os noticiários] eram coisas longuíssimas, [depois] aquilo eram três minutos e naqueles três minutos tínhamos de dizer tudo, era uma grande economia de linguagem e foi isso que fez aquela escola, foi a economia do tempo e aqueles conceitos que são ensinados nas escolas de jornalismo: a frase concisa, palavras objetivas, claras, etc, e dizer o máximo com o mínimo tempo (...) eliminar palavras desnecessárias, como *excelentíssimo senhor Ministro* ou *sua Excelência o Presidente*...era objetivo não estávamos cá com flores, vérias ou gravatas. O Luís Filipe Costa costumava falar em ‘desengratar as palavras’, é comunicação” (João Paulo Guerra, entrevista pessoal, janeiro, 2021)

Na emissora estatal, a formação interna foi ministrada por profissionais da própria estação ou convidados estrangeiros, como por exemplo do Centro de Formação de Jornalistas de Paris (Bonix, 2016) que inspirou os futuros cursos especializados na área da rádio. Um dos cursos para a formação de formadores foi dado em 1981 por Édouard Guibert e que Adelino

Gomes classifica como “muito importante” (entrevista pessoal, outubro, 2019) e uma inspiração. António Jorge Branco fez parte dessa equipa e organizou vários cursos de formação, quer nos centros de formação do Porto e de Lisboa quer em algumas rádios locais, antes e depois da legalização.

Os cursos superiores estavam ainda em esboço e só seriam concretizados a partir do final da década de 70. Nessa altura, em 1979, foi integrada nos cursos complementares do Ensino Secundário, uma disciplina de Iniciação ao Jornalismo (Canavilhas, 2009, p.59), que se manteve nos currículos de Humanísticas até ao final dos anos 80. O programa abordou questões relativas ao contexto mediático e noções básicas da escrita na imprensa, rádio, televisão e cinema. Sobre a Rádio, o manual não circunscreve o som à rádio, tem uma abordagem mais multidisciplinar que denomina “Território do áudio”: história da rádio e pioneiros, audiosfera, disco, computador na música, ‘fabrico’ de mensagens sonoras, rotinas de produção noticiosa, regras de escrita da notícia em rádio, o panorama radiofónico português e as audiências, lei da rádio e ainda “Rádio e TV e as forças políticas e económicas” (Lopes, 1988). No prefácio de *Iniciação ao Jornalismo AudioVisual*, assume-se que não se trata de um manual didático. O objetivo é dar pistas que permitam um entendimento do jornalismo radiofónico e televisivo (Lopes, 1988). Curiosamente, este manual aborda já o fenómeno das rádios piratas. São publicados dois gráficos com a distribuição das “rádios locais por regiões do país no primeiro trimestre de 1988” e a percentagem de ouvintes por grupos etários das estações de Rádio Local (incluindo-se as não legalizadas)”. O enquadramento histórico da rádio termina, precisamente, em 1988 com o relato dos diversos encontros de radialistas e políticos com vista à legalização das piratas que o autor chama de ‘rádios paralelas’: “conforme me parece mais correto chamar-lhes” (Lopes, 1988, p.207)<sup>10</sup>. Mais tarde, em 1989, no Ensino Profissional (equivalente aos 10º, 11º e 12º anos) é criado o curso Técnico de Comunicação/Técnicas de Audiovisuais/ Técnicas Jornalísticas (Canavilhas, 2009). Ou seja, a partir do 9º ano os estudantes tinham noções básicas sobre jornalismo e sobre os diferentes meios de comunicação, nomeadamente, a rádio e as piratas o que terá contribuído, certamente, para o número crescente de jovens que ‘bateram à porta’ das emissoras locais, que também aí viram uma oportunidade para recrutarem voluntários para o quadro de colaboradores.

A disciplina de Iniciação ao Jornalismo estava integrada na vertente de Humanísticas, área vocacional dos candidatos ao primeiro curso universitário da área. Depois de anos a esboçar projetos, e do fracasso do Curso de Reciclagem em Comunicação Social na Nova (Mendes, 2011, pp.56-63), surge, em 1979, o primeiro curso de Comunicação Social. O curso na Universidade Nova de Lisboa foi o primeiro, oficialmente, reconhecido. Aliar a teoria à

10 O conceito de rádios paralelas “é utilizado para justificar as rádios que existem em simultâneo com as rádios oficiais, pertencentes ao Estado. (Bonixe, 2019:14)

prática foi o grande desafio, mas a componente prática acabou por não concretizar as expectativas dos profissionais, já que o curso foi criado visando a investigação científica e a reflexão na área da comunicação (Mendes, 2011). As Unidades Curriculares eram, predominantemente, teóricas, apenas 9% eram dedicadas ao ensino da técnica jornalística (Mendes, 2011). Dois pontos comuns aos cursos surgidos nesta época é o facto de nem sempre integrarem, no seu corpo docente, profissionais da área e de não possuírem recursos/equipamentos para as disciplinas práticas, como por exemplo, estúdios.

O curso da Nova apontava para uma competência generalista em comunicação, que permitiria enquadrar um leque diversificado de saídas profissionalizantes (Mesquita e Ponte, 1996-97), mas acabou por espelhar o afastamento entre a academia e as redações; (Mesquita e Ponte, 1996-97; Pinto, 2004). Os jornalistas não se reviam neste curso (Mendes, 2011) e aspiravam a uma formação de cariz mais prático que apostava não apenas na formação de base, mas também na formação contínua. Por iniciativa de jornalistas, e de organismos que os representavam, foram criados dois centros de formação: o CFJ e o CENJOR. Inspirados no modelo francês, ambos tinham uma vertente fortemente prática e visavam não só a formação de novos profissionais como a atualização ou aperfeiçoamento dos que já estavam a trabalhar nos órgãos de comunicação social, nomeadamente nas rádios, sobretudo nas piratas/locais. Um dos formadores foi António Jorge Branco, um nome de referência da área, e, como anteriormente se referiu, ministrou vários cursos de curta duração, um deles, em 1985, no CERCOS-Centro Experimental de Rádio e Comunicação Social/Secção Sonora da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. Esta pequena rádio amadora emitia umas horas para um pequeno espaço, era feita por estudantes, mas organizou um curso de formação e alguns dos seus colaboradores voluntários acabaram por integrar, mais tarde, outros projetos piratas ou já legais. O caso CERCOS é um caso paradigmático no panorama das piratas e, por isso, o tomamos como exemplo. Três alunos da FLL, entre eles José Manuel Mestre, tiveram a ideia e propuseram à Associação de Estudantes que comprou o equipamento. A intenção era criar uma rádio com informação direcionada para os estudantes e a organização do curso de formação foi feita com esse objetivo.

A CERCOS era uma rádio “de brincar”, como lhe chamou José Manuel Mestre, muito rudimentar, que emitia para uma sala e para os corredores no horário diurno das aulas. Apesar disso, tinha a ambição de se tornar uma rádio universitária com informação académica e, por essa razão, a direção decidiu organizar um curso para formar a equipa constituída por alunos. O curso, denominado “Sensibilização à Linguagem Radiofónica e ao Jornalismo de Rádio”, durou 6 semanas e tinha duas fases distintas, uma mais teórica e outra prática. Este curso é exemplo de outros realizados por António Jorge Branco e que já destacava um ponto basilar na formação da época: “Conferência de Redação: prévias e críticas”. A análise crítica do planeamento e do trabalho efetuado em antena vinha da Rádio Universidade, perpassou pelos cursos de Guibert e foi um dos pilares dos cursos da TSF.

Do programa constavam ainda pontos tão específicos como ética e deontologia, como se faz uma grelha de informação tendo em conta “a realidade social, hábitos de escuta e de vida”, técnicas de entrevista e de titulação, e “técnicas de arranjo e sistematização das componentes sonoras de um Jornal”. O curso terminava com uma parte prática com o “estabelecimento de projectos de Rádio-Simulador”.

A CERCOS é o espelho do voluntarismo que caracterizava estes projetos e, simultaneamente, da esperança que neles depositava a geração que dava os primeiros passos no meio. A ideia inicial, conta José Manuel Mestre, era a de “ajudar a criar estrutura de aprendizagem de rádio na universidade (...) a coisa foi evoluindo, mas aquilo era brincar à rádio e o António Jorge Branco era um primeiro passo para criar algo mais profundo para criar uma rádio universitária de referência” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021). No entanto, depois do curso não houve propostas na área da informação e, com a mudança de direção da associação de estudantes, a CERCOS acabou por não desenvolver essa vertente e alguns dos elementos fundadores acabaram por sair. Uns seguiram outras opções profissionais, outros voltaram a encontrar-se no curso da TSF. Também este desfecho foi comum a muitos dos projetos voluntários da época.

O CFJ — Centro de Formação de Jornalistas no Porto foi criado em 1983 e foi o primeiro a lançar um curso de formação de animadores de rádio, cujos diplomas foram entregues a 7 de março de 1988 durante um debate público sobre a situação das futuras rádios locais que reuniu deputados e radialistas das piratas (Cadernos de Jornalismo, 1988, p.5). Em julho do mesmo ano organizou um curso de Operadores de Rádio. Dados do CFJ indicam que entre julho e dezembro efetuou-se um curso de 700 horas sobre “Radiojornalismo” e, em novembro, o curso de “Jornalismo de Rádio”. Ou seja, o CFJ direcionou a sua formação no sentido de apoiar as rádios na reta final da ‘era piratas’ e com vista à formação de profissionais para as locais que seriam legalizadas em 89. Foi do CFJ que nasceu, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo cujo bacharelato foi oficialmente reconhecido no ano seguinte, quando saíram os primeiros bacharéis. Com o crescimento da ESJ, centrada na formação académica dos estudantes vindos do 12º ano, o CFJ redefine o seu papel e aposta na formação dos jornalistas profissionais (Pinto e Sousa, 2003).

Em 1986 é criado em Lisboa o CENJOR — Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas. Só mais tarde faria cursos por áreas de especialização direcionados, por exemplo, para a rádio.

Quer o CFJ quer o CENJOR beneficiaram das verbas do Fundo Social Europeu a que Portugal passou a ter acesso depois da adesão à CEE — Comunidade Económica Europeia. A estes fundos candidatou-se também a TSF que viu aqui uma oportunidade de formar uma equipa e de se afirmar como um projeto profissional com vista à legalização. Adelino Gomes recorda que já havia cursos, “mas este foi o primeiro grande curso para formar homens e mulheres da rádio” (RTP, *Actual Reportagem*, 1995). A TSF organizou um primeiro curso em maio



de 1987 com a duração de seis meses e um estágio final de três meses na redação. Adelino Gomes começa por dizer que “a TSF era o que não conseguíamos fazer na RDP”. E tinha um objetivo claro:

“formar a primeira geração a seguir a nós (...) a rádio que se estava a fazer era a pior rádio e queríamos uma nova geração, feita à nossa imagem. Tínhamos condições para fazer o curso seis meses (...) com conforto económico porque havia dinheiro para comprar equipamentos, para fazer formação técnica e teórica, havia dinheiro para contratar pessoas, para formadores, para pagar convidados”. (entrevista pessoal, outubro, 2019)

O responsável do curso destaca as três grandes qualidades para se ser jornalista e que foram os pilares do curso: ser competente, ético e independente. “Competentes tecnicamente e do ponto de vista criativo; e tínhamos outra ideia, a do homem e da mulher da rádio que iam ao microfone e podiam fazer um programa, um noticiário, uma reportagem, uma entrevista, um programa da manhã, tudo subordinado à informação”, ou seja, “o tipo completo com essas valências todas” e “técnicos com sensibilidade jornalística”. Pedro Brinca, formando da área técnica, diz que a mensagem transmitida era de que a TSF “não queria ter jornalistas, animadores e técnicos, mas profissionais de rádio, qualquer pessoa podia fazer qualquer coisa”, embora os técnicos não tivessem tido formação jornalística e houvesse uma efetiva separação de funções (entrevista pessoal, novembro, 2019). Essa noção de saber fazer um pouco de tudo estava subjacente ao curso e ao conceito do jornalista/jornalismo que os fundadores da TSF queriam desenvolver como recorda uma das formandas, Elisabete Caramelo: “Os animadores tinham formação diferente da nossa, mas também tínhamos a noção do que era animar, colocar discos, fazer programas para perceber a estrutura da rádio (...) era no fundo perceber como é (...) era bastante abrangente” (entrevista pessoal, outubro, 2019).

Ao curso candidataram-se 600 pessoas que enviaram um currículo e uma carta de motivação. Procuravam-se novos valores com um perfil específico: “a primeira seleção era a carta, não só a forma como a escrevíamos, mas era manuscrita e uma psicóloga e grafologista analisou as cartas e viu quem é que verdadeiramente tinha a ver com a rádio” explica Elisabete Caramelo (entrevista pessoal, outubro, 2019). A primeira seleção foi feita por “dois catedráticos de Psicologia” porque o “jornalismo tem de ser exercido por pessoas que tenham, do ponto de vista físico e mental, capacidade para estar em situações de grande stress” — as palavras são de Emídio Rangel numa entrevista publicada no livro *Jornalismo em Liberdade*: “rapazes ou raparigas que podiam estar aqui ou na Guerra do Golfo” com “força mental, força física e ter capacidades e qualidades. Os testes de psicologia davam-nos isso” (Figueira, 2009, p.112). Foram também feitos testes de cultura geral, língua portuguesa, testes psicotécnicos e provas de voz. Foram escolhidos 60 candidatos para um curso com duas formações distintas, uma para animadores e jornalistas, e outra mais técnica para operadores, sonorizadores e

radiotécnicos. O curso teve uma vertente teórica em que constavam disciplinas como a Língua Portuguesa, Relações Internacionais, Instituições Europeias, Deontologia, Economia, História do Jornalismo, e Teorias da Comunicação. A vertente prática destacava a notícia e a reportagem, o direto, voz e dicção. Neste último ponto, Adelino Gomes faz uma ressalva, “tivemos a preocupação de dar aulas de voz e dicção, queríamos melhores vozes, educadas, não era o culto da voz, era um contributo para melhorar qualidade da informação, a voz como instrumento de comunicação” (entrevista pessoal, setembro, 2019). A forma de comunicar as notícias estava, intimamente, ligada à linguagem, uma das espinhas dorsais do curso. Para Francisco Sena Santos, um dos formadores e fundador da TSF, “mudar a forma como se contava a história, deixar de ser o diário oficial e falar como as pessoas falam foi uma batalha difícil porque muitos dos formandos vinham de cursos superiores das letras, era complicado... vamos simplificar isso” (entrevista pessoal, junho, 2019).

Os formadores vinham de áreas distintas, desde “gente com provas dadas na rádio portuguesa” a “profissionais dos diferentes ramos da Comunicação Social” (*Expresso*, 29 de agosto de 1987) e especialistas do meio académico.

No final, cada formando fez um programa de rádio que foi avaliado por um júri de profissionais e elementos da sociedade civil. Pedro Brinca lembra-se “de haver reportagens muito elaboradas e a cumprir preceitos, e houve quem fizesse ensaios usando a mais pura criatividade. A atitude dos formadores não foi uma atitude crítica, foi mais: olha aqui está um caminho estético ou foi explorado um novo caminho. Saímos do curso, por um lado conhecendo as regras e, por outro, sentindo que podíamos fazer tudo o que quiséssemos, foi essa mensagem de liberdade criativa” (entrevista pessoal, novembro, 2019).

Transversal à teoria e à prática era o debate de ideias, uma metodologia praticada na Rádio Universidade e nos cursos de Guibert na rádio estatal. “Era obrigatório”, como descreve Francisco Sena Santos: “o funcionamento da redação assentava nisso, perdeu-se anos depois, mas no arranque (do turno) era obrigatória a conferência de redação, a conferência crítica no final com a escuta dos jornais da hora certa (...) com discussões muito vivas” (entrevista pessoal, junho, 2019). Essa permanente discussão é um dos fatores mais destacados pelos formandos. José Manuel Mestre tinha frequentado o curso da CERCOS com António Jorge Branco que já incluía este debate de ideias, mas foi na TSF que ganhou outra dimensão: “era tudo descascado, aprendemos a trabalhar em equipa, discutindo tudo e criando a partir do trabalho de equipa e da reunião”. E acrescenta uma outra aprendizagem e que ainda hoje aplica: “Aprendemos como fazer e, uma coisa que normalmente não se ensina — como não fazer — e isso ficou para sempre” (entrevista pessoal, fevereiro, 2021).

Elisabete Caramelo foi da Rádio Comercial para a TSF, reconhece a diferença nas metodologias de trabalho e na forma como o jornalismo era encarado: “havia uma coisa muito diferente da rádio onde eu tinha estado, havia um trabalho de equipa, a discussão, o pôr em causa, pormos em causa uns aos outros. A TSF era muito isso porque isso vinha do curso,

estávamos sempre a pôr em causa (...) não era um julgamento era uma discussão aberta, isso era muito enriquecedor” (entrevista pessoal, outubro, 2019). Pedro Brinca descreve os alunos como uma “amálgama heterogénea de formandos que conseguiram criar um grande entrosamento entre si e a ter ideias muito loucas, e os formadores deram liberdade a que estas ideias fossem fluindo (...) já se começou a inovar durante o curso e essa inovação não me parece que tenha vindo dos formadores porque eles vinham do modelo clássico. Acho é que os formadores tiveram a capacidade de dar liberdade aos jovens para encontrar o seu caminho” (entrevista pessoal, novembro, 2019). Deste curso saíram os jornalistas, animadores e técnicos que formaram a equipa inicial da TSF juntamente com os profissionais seniores. Uma iniciativa inédita, escrevia o jornal *Expresso*, que invocando a Rádio Universidade questionava: “há quanto tempo o meio radiofónico não assiste a uma renovação dos seus quadros”? e perspetivava um futuro de pleno emprego para os recém-formados no pós-legalização das rádios locais (*Expresso*, 29 de agosto de 1987).

Os projetos profissionais que visavam ter uma frequência legal deram relevância a uma formação mais sustentada da sua equipa. Na ausência de um ensino profissional estruturado, e em face de um ensino académico mais teórico, as rádios recorriam a quem já ministrava cursos, mesmo que fossem da concorrência. Foi o caso da Rádio Geste que quando se apresentou dizia “preocupar-se, desde já com a formação de novos quadros que em breve terão acesso à antena”<sup>11</sup> e que iria recrutar os novos radialistas nos cursos de formação da RTP e da TSF. Alguns destes formandos estavam já em rádios piratas ou queriam integrar projetos mais profissionais. A Rádio Geste aproveitou essa oportunidade “para ir ‘pescar’ os que estavam disponíveis”, afirma Henrique Garcia que liderou o projeto, “recrutámos de acordo com um perfil que tínhamos para o modelo de rádio que pretendíamos pôr em prática e, no caso dos que ainda não tinham grande ou nenhuma experiência profissional, sempre com uma prova de seleção. Houve caso de candidaturas espontâneas tanto para a Informação, como para a Programação. Pediam-se currículos, avaliavam-se e faziam-se provas” (depoimento escrito, outubro, 2020).

Outras rádios piratas revelaram a preocupação em formar as suas equipas. Numa notícia publicada no jornal *Repórter de Setúbal* em julho de 1985, o responsável pela Rádio Azul de Setúbal dizia isso mesmo: “Quanto aos meios humanos consideramos que se trata de um autêntico investimento de capital humano, em termos de esta rádio se tornar uma escola de formação de futuros profissionais”.

Numa reportagem publicada pelo *Se7e* em 1986, citavam-se outros casos:

---

11 Texto no prospeto de apresentação da RGT-Rádio Geste “A sua rádio privada” em 1987

“Ponto assente para a maioria dos departamentos informativos das locais é, como se disse, a falta de pessoal especializado, sendo, normalmente, estudantes a grande fonte de recrutamento, e habitualmente, a prática a única mestra.

Há, no entanto, estações que promovem os seus próprios cursos de formação como a Nova Antena (de Odivelas), que levou a cabo uma selecção e tem agora uma ‘escola’ orientada por profissionais e professores de comunicação social. (...) Mas, por enquanto, o ponto da situação é este: formação é excepção, ‘confusão’ é a regra...” (Se7e, 31 de dezembro de 1986)

De uma forma mais ou menos informal ou organizada algumas emissoras, sobretudo as que aspiravam à legalização, apostaram em formações internas com formadores da área ou em sessões com jornalistas da casa mais experientes. Era uma formação não sistematizada, ancorada na prática do dia-a-dia e na discussão das práticas e rotinas jornalísticas diárias. Aliás, essa necessidade de discutir e colocar tudo em causa, e que era apanágio do curso da TSF, tinha raízes na experiência na Rádio Universidade onde alguns dos formadores se tinham estreado. Uma metodologia de ensino em que o trabalho era analisado, questionado e desconstruído para se aprender e evitar repetir erros. Em todos os testemunhos é notória a preocupação com o aprender a fazer, mas só em alguns casos se denota a necessidade de refletir sobre aquilo que se faz. A formação está num patamar entre a prática e a teoria, não se limita ao saber fazer, mas também não aspira à teorização, antes procura refletir sobre as práticas jornalísticas, a ética, as rotinas produtivas, o jornalismo e o papel do jornalista. Questiona-se a si própria, reflete, mas nem sempre é claro que aplique de forma estruturada o resultado deste método. Havia rádios em que este processo era consciente e assumido, o que, no universo das centenas de piratas, se resumia aos projetos mais profissionais que procuravam responder ao que a nova Lei da Rádio viria a estipular, assim como as regras do concurso de atribuição de frequências locais. A esmagadora maioria das piratas não teve estas preocupações, representaram aquilo a que se denomina ‘a escola da prática’, não estruturada nem consciente do seu papel na formação de novos profissionais da rádio, nomeadamente jornalistas.

A informação era, reconhecidamente, o “calcanhar de Aquiles” como titulava o semanário *Se7e* numa reportagem em 1986 que fez uma ‘ronda’ por várias piratas:

“É a parte informativa das rádios locais que apresenta maiores falhas e recebe mais críticas. Mas, ao mesmo tempo, é sobretudo na informação que pode tornar-se mais sensível o objectivo da descentralização. Conscientes deste facto, há já muitas estações que procuram ‘profissionalizar’ o seu departamento noticioso ou, pelo menos, corresponder de forma sistemática às expectativas dos ouvintes da região que servem.” (Se7e, 31 de dezembro de 1986)

#### 4.2. Os jornalistas na Rádio dos anos 80: rejuvenescimento e reconfiguração

Na década de 80 a classe jornalística está em transformação. Assiste-se àquilo a que Paqueta de Oliveira classifica como uma “alteração significativa na composição social dos produtores da informação” (Oliveira, 2017, p. 92) e Garcia (2009) chama de “recomposição do grupo profissional”. É a década da feminização e rejuvenescimento da classe, este último, muito em parte devido às rádios piratas responsáveis pela entrada de um grande número de jovens que, com o tempo, foram tomando lugar nas redações. A juntar a estes dois fatores há ainda o aumento da escolaridade dos jornalistas e da sua formação específica na área. Os primeiros alunos dos cursos de jornalismo chegaram aos órgãos de comunicação social em meados da década de 80, em pleno ciclo das privatizações, desregulamentação e introdução de novas tecnologias nos media (Mesquita e Ponte, 1996-97).

Podemos distinguir três níveis de formação no acesso à profissão: a tarimba (sem formação profissional ou superior); a frequência inacabada ou concluída do ensino superior; e a frequência de cursos de formação profissional.

Numa época em que o mundo passou por profundas transformações e foi marcado pela revitalização no setor dos media com o aparecimento de novos jornais e rádios, o mercado tinha necessidade, e capacidade, para absorver gente nova a uma velocidade que não se comparava com a duração entre 3 a 5 anos dos cursos superiores. Outro fator a ter em conta é o enquadramento legal de acesso à atividade jornalística, que não exigia habilitações específicas para obter o título profissional.<sup>12</sup> Esta conjugação de fatores fez com que muitos interrompessem os estudos e iniciassem a carreira de jornalista, em particular nas rádios piratas.

Como já foi referido, o jornalismo sempre esteve associado ao movimento da radiodifusão local portuguesa (Bonixe, 2019), foi um dos motores do surgimento, desenvolvimento e sucesso das rádios piratas. Dos projetos embrionários da Lei da Rádio, um deles destacava as rádios locais como uma via na formação profissional e de renovação do setor. No Projeto de 1983 apresentado por Dinis Alves (PS) e Jaime Ramos (PSD) sobre serviços locais de radiodifusão podia ler-se nos pontos 8 e 9 do Preâmbulo:

“(Ponto 8) os serviços locais de radiodifusão sonora serão na prática as escolas de jornalismo que o nosso país carece. A existência de apenas um estabelecimento de ensino dedicado à formação de jornalistas obriga ao recrutamento de muitos radialistas sem a mínima preparação, insuficiência que se poderia remediar através de um primeiro estágio dos candidatos a profissionais

---

12 A Lei 62/79 de 20 de setembro do Estatuto do Jornalista apenas define como condição para a emissão do título profissional que se exerça jornalismo em regime de ocupação principal, permanente e remunerada. O atual Estatuto de Jornalista, no artigo 5º sobre o Acesso à Profissão, já refere a necessidade de uma licenciatura na área ou equivalente.

da comunicação social a fazer serviços locais de radiodifusão sonora.

Ponto 9 — O actual quadro de emissoras existentes reduz drasticamente a oferta de postos de trabalho à camada etária mais jovem e impede a renovação dos quadros actualmente em funções”. (Projeto de Lei nº252/III(a) de 26 de novembro de 1983)

A Lei da Rádio n.º 87/88, de 30 de julho não toca nestes pontos, mas conduz à profissionalização da classe, ao exigir que a coordenação dos serviços noticiosos nas estações de cobertura regional e local sejam assegurados por jornalistas profissionais ou detentores do “cartão de jornalista da imprensa regional”, ou seja, com carteira profissional. A profissionalização era, de resto, um dos pontos valorizados na apreciação das candidaturas à atribuição das frequências locais e regionais. No Regulamento do Concurso Público para a atribuição de alvarás, o Artigo 10º é claro ao considerar condição preferencial as candidaturas de sociedades “constituídas maioritariamente por profissionais de comunicação social e que “apresentem projetos com “maior grau de profissionalismo”. Por via legislativa punha-se termo ao ‘exercício pirata’ da profissão de jornalista radiofónico.

Em 1990, o 1º Inquérito Nacional aos Jornalistas portugueses e os dados do Sindicato de Jornalistas permitem concluir que há uma ‘nova tarimba’ caracterizada por uma entrada precoce na profissão de ‘aspirantes ao jornalismo’, com baixos rendimentos, entrados na profissão através dos meios regionais, com menos de 25 anos, 2 anos de profissão ou estagiários (Garcia e Castro, 1993). São 15,48% do total de jornalistas que entraram pelas rádios locais e imprensa regional. É o reconhecimento das rádios piratas como um dos vetores do rejuvenescimento da profissão. E também como veículos da precariedade e da desprofissionalização (Garcia, 2009). Mesquita já o tinha reconhecido quando anos antes escreveu que, a partir de 1985 e mais acentuadamente a partir de 1987, fenómenos como o das rádios locais, privatizações na imprensa escrita e a abertura da televisão a operadores privados desempenharam um papel decisivo na revalorização da profissão de jornalista (Mesquita, 1994) e que o panorama profissional a nível regional — em especial nas rádios locais — “constitui uma área privilegiada para a intervenção dos centros de formação profissional.” (Mesquita, 1994, p.83).

O retrato dos meios locais é resumido por Pissarra Esteves em poucas palavras: um sector muito marcado pela improvisação, autodidatismo, amadorismo. O autor chama a atenção para o facto de “o entusiasmo que sobra não poder colmatar a falta de qualificação” e clama por uma nova qualidade e um novo rigor profissional só possíveis com uma “formação qualificada” (Esteves, 1988, pp.63-64). Esta fragilidade é, por diversas vezes, referida em reportagens nos jornais da época pelos responsáveis das piratas que reconhecem ser esse o ponto fraco dos seus projetos.

Só no final dos anos 90 começaram a ser valorizadas as habilitações académicas de nível superior (Graça, 2009, p.139) para ingressar no jornalismo.

As piratas abrem as portas às profissões da rádio de forma anárquica e desregulada, sem que haja critérios, habilitações requeridas ou formação de base. Mas se as piratas contribuem, de certa forma, para a desprofissionalização do jornalista radiofónico, a legalização contribui para a reprofissionalização, legitimada quer pela Lei da Rádio de 88 quer pelo regulamento da atribuição de frequências locais, ao exigir que os projetos concorrentes integrem obrigatoriamente jornalistas com carteira. A longo prazo, este processo de regularização acabou também, a par dos contextos económico e publicitário, por contribuir para voltar a fechar o acesso à rádio e às profissões da rádio. Uma tendência que se viria a consolidar já no século XXI em que o acesso às redações se faz, sobretudo, com uma licenciatura em Ciências da Comunicação e depois de realizados estágios, nomeadamente nas emissoras, embora isso não signifique o posterior ingresso na profissão.

O que aconteceu na década de 80 traduz a ampliação do espaço radiofónico com a explosão das rádios piratas ou livres em todo o país, e a afirmação da tendência de rejuvenescimento da classe. Os profissionais de rádio, e em particular os jornalistas radiofónicos, são uma classe em franco crescimento que entra pelo período da legalização das rádios locais, registando a primeira quebra quando os projetos sofrem também os primeiros reveses. A criação de novas estações de rádio abriu oportunidades para os jovens se afirmarem nas redações (Mesquita, 1994) que antes dificilmente lhes abririam portas. As piratas foram ainda a porta de acesso às profissões dos media, em particular da rádio, em que as provas de acesso às emissoras nacionais eram extremamente seletivas.

Dados da CCPJ indicam que entre 1982 e 1986 existiam 53 jornalistas de rádio, no período de 1987-91 eram 268. Em 1987, iniciaram a profissão na rádio 30 jornalistas, em 1988 foram 43 e no ano seguinte foram 88 (Rebelo, 2011). Ainda em 1987, num estudo do semanário Expresso, das 126 rádios locais referenciadas, 20 não possuíam redação, 59 tinham, mas sem jornalistas profissionais e só 47 eram coordenadas por jornalistas. No total, estas 47 rádios empregavam 77 jornalistas. A média de idades de quem trabalhava ou colaborava nas piratas no final da década de 80 era de 17 anos, e poucos ultrapassavam os 20 anos de idade. (*Expresso*, 9 de maio de 1987). Numa das reportagens que complementa o estudo destaca-se o facto da esmagadora maioria das emissoras privilegiarem a informação local em detrimento das notícias nacionais e internacionais, as mais pequenas limitam-se a ler *press-releases*, outras ‘pirateiam’ telexes da Lusa chegados aos jornais locais, mas também há as que têm mini departamentos redatoriais. Desta forma, é possível traçar o perfil do jornalista da rádio pirata: jovem; ouvinte de rádio e das rádios piratas; sem experiência anterior na rádio; sem formação superior na área, ou com formação superior não concluída ou estudante de jornalismo; é motivado pelo gosto, paixão, curiosidade; transita ou acumula com o jornal local; o jornalismo não é a ocupação ou profissão principal. O acesso à rádio faz-se por sua própria iniciativa — o ‘bater à porta’ — ou por ter ligações a conhecidos que já colaboravam ou trabalhavam na rádio e que facilitavam o contacto inicial.

A anarquia nas ondas hertzianas espelha também a anarquia no acesso à profissão e na composição das redações. Todos podiam ser jornalistas. O acesso e exercício da profissão acabou por encontrar o caminho da regulamentação e da profissionalização impostos pela via legislativa, que culmina com a atribuição de frequências às rádios locais. O grau de profissionalização diferencia também as ‘rádio escolas’ espalhadas pelo país. Assim, podemos concluir que há dois níveis de caracterização da formação dos jornalistas de rádio tendo as piratas como ‘escola’:

Projetos menos profissionais ou amadores: Tipo de Formação — ‘Tarimba’

1. Auto candidaturas de jovens estudantes
2. Aprendizagem autodidata feita num contexto de amadorismo sem um objetivo preciso ou a longo prazo
3. Formação com base na experimentação
4. Formação sem orientações e sem seguir regras
5. Aprender com o erro
6. Prática com incidência no improviso, na reportagem, no direto (com ou sem mediação), e na entrevista
7. Formação ‘*multitasking*’ sem separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas, administrativos, comerciais...

Projetos mais profissionais: Tipo de Formação — Teórico-prática e em tempo real

1. Auto candidaturas ou recrutamento e seleção de jovens dos cursos de jornalismo ou estudantes, que frequentaram ou não a disciplina de Iniciação ao Jornalismo no secundário
2. Organização de cursos de formação internos ministrados por profissionais das emissoras oficiais que também integravam os projetos piratas ou com eles colaboravam
3. Inspiração no modelo francês para os cursos de formação: teórico-prático
4. Aprendizagem programada e planeada com um objetivo: montar um projeto profissional com vista à legalização
5. Equipas que conjugavam seniores e jovens com pouca experiência: aprender com os mais velhos, inovar com os mais novos
6. Formação com incidência na reportagem, no direto, no improviso e na entrevista
7. Ensino de regras e conceitos, orientada e discutida
8. Formação ‘*multitasking*’ com separação de setores: técnicos, animadores, jornalistas

Cada uma à sua maneira, as piratas contribuíram para a formação de uma ‘Geração Pirata’ do jornalismo português, em particular, do jornalismo radiofónico. E foram a porta de acesso à rádio e ao jornalismo. Já na época havia essa percepção: “Souberam ser parceiras das comunidades. São o som da tribo, reunindo ferramentas para milhares de jovens, seu único



projecto-vida”, Fernando Alves ao *Diário Popular* (23 dezembro de 1988). Em retrospectiva, mais do que uma percepção, quem começou nas piratas ou por elas passou, olha para trás e transforma essa percepção em certeza:

Henrique Garcia: “foram escolas no sentido de receberem impulsos, assim como nós recebemos impulsos dos mais novos, que não nos deixam ficar muito tempo quietos na cadeira, os mais velhos transmitiram algum ‘calo’ que os mais novos não têm, e nesse sentido foram escola, hoje estão espalhados por todo o lado, hoje são os seniores” (entrevista pessoal, dezembro, 2019)

Adelino Gomes: “estamos a dar as armas com que nos hão de matar, a nova geração, foi uma coisa muito entusiasmante, a rádio precisa destes tipos e hoje são diretores não por nomeação divina, ganham prémios” (entrevista pessoal, setembro, 2019)

### **Considerações finais**

Na década de 80 terão chegado a emitir perto de mil rádios em todo o país que espelhavam também o próprio país, desigual. Entre estas emissoras há as que são criadas entre um grupo de amigos para emitirem para a sua rua, ou as que nascem do meio profissional e são financiadas por empresas de grande dimensão e publicidade; as completamente amadoras e rudimentares, sustentadas por aficionados, ou as mais estruturadas e profissionais; as que funcionam à base da “carolice” e as que se organizam como uma empresa com contratações e vida fiscal; as que emitem meia dúzia de horas e as que cobrem as 24 horas do dia; as que emitem a partir de estúdios novos e inovadores ou as que construíram os seus próprios equipamentos e emitem a partir de um armário na sala de casa — ou seja, estamos perante rádios muito diferentes e, conseqüentemente, com contributos também desiguais para o jornalismo radiofónico.

Em todo este processo não pode ser esquecido o percurso feito até esta altura de rádios, profissionais e formadores, que três décadas antes começaram a lançar as sementes para uma outra forma de fazer jornalismo. Com o 25 de abril tiveram terreno para experimentar, inovar e concretizar os seus projetos e sonhos, mas a rádio do pós-revolução acabou por defraudar as suas expectativas. Foi essa geração, vinda da Rádio Universidade e que passou pelas rádios nacionais ou das antigas colónias, que viu nas piratas uma oportunidade para concretizar o jornalismo em que acreditava. Profissionais que juntaram a sua experiência, sonhos e aspirações ao voluntarismo de uma nova geração que estava a sair dos cursos de comunicação e que queria fazer rádio. As piratas foram o ponto de encontro destas duas gerações. Foram elas que trouxeram uma outra forma de fazer jornalismo radiofónico a partir do que se foi experimentando e inovando nos anos 50, 60 e 70. Resgataram o jornalismo do direto, do improvisado, da reportagem e da voz popular da

época revolucionária. De certa forma, as piratas recuperaram o espírito da rádio pós-25 de abril.

A rádio foi a pioneira na transição mediática dos anos 80 para os anos 90, o mundo estava em transformação e os media também. Pode afirmar-se que, em Portugal, a Rádio foi o sector precursor de uma revolução transversal à imprensa e à televisão. Depois das piratas, o foco na informação local estendeu-se às rádios nacionais que abriram delegações com emissões regionais autónomas. Nos jornais, o exemplo do Público é diferenciador porque se afirma dando prioridade à informação geral e, simultaneamente, ao local com as duas edições diferenciadas em Lisboa e no Porto e, mais tarde, noutras capitais de distrito. As televisões viriam a seguir dando voz ao cidadão anónimo em formatos de programas-fórum, que percorriam o país à procura das notícias do ‘fim da rua’ e de quem queria fazer ouvir a sua voz fora da capital.

O que mudou no jornalismo radiofónico, foi o nosso ponto de partida.

Foram elencados 8 campos em que se produziram mudanças. Muitas delas, como foi referido, não surgiram apenas nesta década e com as piratas, o contexto dos anos 80 apenas potenciou e amplificou essas mudanças. Neste processo, a rádio revalorizou algumas das suas características inatas como o imediatismo, a mobilidade, a ubiquidade, a companhia, e realçou a sua função social de conexão entre as pessoas, entre comunidades e aquilo que as une.

Do ponto de vista dos formatos, a introdução de uma rádio de notícias, cujo objetivo era a informação, sobretudo a informação de última hora transmitida a um ritmo constante e flexível, sem horários rígidos, quebrando o modelo radiofónico assente em grelhas formatadas e a prevalência da música, da programação e da publicidade. Um modelo cujo pilar era o direto e a antena permanentemente aberta à informação, e que contribuiu para uma aceleração noticiosa e para a valorização o género reportagem. Ainda do ponto de vista do jornalismo, as rádios piratas trouxeram o local para primeira linha da informação alterando o valor notícia e os alinhamentos. Trouxeram para antena mais e diversas vozes, trouxeram a público e amplificaram a ‘voz do povo’, do cidadão anónimo agora protagonista de programas, fóruns e notícias. Mas também modificaram a forma como os jornalistas se relacionavam com as fontes, quebrando a hierarquia instituída em que as fontes marcavam o tempo noticioso. O recurso frequente ao direto e à antena aberta contribuíram para uma aceleração do ritmo noticioso reforçando o imediatismo, característica inata da rádio.

Assiste-se a uma inovação ao nível da linguagem, da forma de comunicar, do uso da voz e das sonoridades que, apesar dos exageros ou dos exemplos caricaturais, acabaram por encontrar um caminho que se consolidou nos anos seguintes. A rádio dos anos 80 abre caminhos estéticos que acompanham o ritmo da informação e a urgência de informar.

Como todos os processos de auto crescimento, também este teve os seus pontos fracos, exageros e fragilidades próprios de um sector que atravessou uma fase de profundas mudanças.

Entre o nada e o tudo há que destacar o papel da TSF, o principal agente das mudanças que foram elencadas, porque reuniu condições e profissionais que a esmagadora maioria das rádios piratas não tinha nem sonhava. A TSF não se revia nos conceitos de rádio livre

ou pirata, assumia-se como uma emissora profissional e, desde o início que se posicionou como tal, ou seja, para emitir para todo o país e não numa frequência local. A emitir a partir de Lisboa, a informação sobre a capital não era o seu objetivo, a linha editorial apostava, sobretudo, numa cobertura exaustiva na atualidade nacional e internacional com uma rede de profissionais e correspondentes muito longe da capacidade de qualquer outra rádio pirata, e que concorria diretamente com as emissoras nacionais.

Na década de 80 a rádio mudou. As rádios piratas contribuíram para um novo cenário radiofónico que seria posto à prova nas décadas seguintes.

## Bibliografia

- Andringa, D. (2008) Jornalismo: uma profissão em mudança. [Online]. Consultado em fevereiro de 2021. Disponível em <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/442.pdf>
- Azevedo, A.P. (2001). As rádios locais no pós-25 de Abril. Para uma história da rádio em Portugal, *Revista Observatório*, novembro nº4, pp.113-122
- Balsebre, A. (2000). *El Lenguaje Radiofónico*. Madrid. Ediciones Cátedra
- Bonixe, L. (2012). *A informação radiofónica, rotinas, valores-notícia da reprodução da realidade da rádio portuguesa*. Coleção Media e Jornalismo. Livros horizonte.
- Bonixe, L. (2012b). As rádios locais em Portugal — da génese do movimento à legalização. *Estudos em Jornalismo e Mídia* — Vol. 9 Nº 2 — Julho a Dezembro de 2012. pp.313-325
- Bonixe, L. (2013). Temáticas e linhas de investigação do jornalismo radiofónico português. Livro de Atas do 8º Congresso Sopcom. [Online]. Consultado a 4 de julho de 2021. Disponível em: [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/10571661/livro\\_de\\_Latas\\_8\\_SOPCOM\\_913\\_919.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/10571661/livro_de_Latas_8_SOPCOM_913_919.pdf)
- Bonixe, L. (2015). *Jornalismo e jornalistas das rádios locais portuguesas*. [Online]. Consultado a 15 de novembro de 2020. Disponível em: <http://www.c3i.ippportalegre.pt/uploads/Jornalismo.pdf>
- Bonixe, L. (2016). Percursos da formação superior do jornalismo radiofónico em Portugal. *Media & Jornalismo*, nº 16 (28), pp. 38-53.
- Bonixe, L. (2019). As primeiras experiências de radiodifusão local em Portugal (1977-1984). Os Média no Portugal contemporâneo: da ditadura à democracia. *Revista Media e Jornalismo*. Vol. 19 N.º 35 (2019), pp.183-195
- Bonixe, L. (2019). *As rádios locais em Portugal — da génese ao online. Contexto e prática do jornalismo de proximidade*. Livros ICNOVA
- Canavilhas, J. (2009). O ensino do jornalismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 6: 55-67,
- Cascais, F. (2004). O ensino do/para o jornalismo e a formação profissional. *Comunicação e Sociedade*, 5, pp. 85-93.
- Cascais, F. (2008). Ensino do jornalismo em Portugal. História de um fracasso dos jornalistas. *Media e Jornalismo*, 8 (13).
- Cebrián Herreros, M. (2001). *La radio en la convergencia multimedia*. Editoial Gedisa. pp. 178, 184-185, 223.
- Coelho, P. (2021). Introdução, in *Manual de Reportagem de Coelho, P. & Reis, A.I. & Bonixe, L.* Livros Labcom.
- Cordeiro, P. (2004). *A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução*. (Online). Consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-radio-portugal.pdf>
- Cordeiro, P. (2005). *Rádios temáticas: perfil da informação radiofónica em Portugal. O caso da TSF*. (Online) consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/cordeiro-paula-o-caso-tsf.html>
- Correia, F. (1997). *Os Jornalistas e as Notícias*. Editorial Caminho
- Esteban, L.M.P & Lastra-Núñez, J. (2019). *La transformación digital de la radio. Diez claves para su comprensión profesional y académica*. Valencia: Tirant Humanidades
- Esteves, J. P. (1988). Comunicação regional e local, a situação da Imprensa e os grandes desafios do áudio-visual. *Comunicação e Linguagens*, 8, pp. 55-69.
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Media XXI
- Figueira, J. (2009). *Jornalismo em Liberdade*. Coimbra: Alameda.
- Garcia, L. & Castro, J. (1993). Os jornalistas portugueses, Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia — Problemas e Práticas*, 13, pp. 93-114.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências da profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática, in J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*, pp. 63-91. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Graça, S. M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo, in J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. pp. 133-168. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Guerra, P. (2019). Rádio Caos: resistência e experimentação cultural nos anos 1980. *Análise Social*. liv (2.º), n.º 231, pp. 284-309
- Lima, H. (2008). *Os Diários Portuenses e os Desafios da Atualidade na Imprensa: Tradição e rupturas*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Lopes, V. S. (1988). *Iniciação ao Jornalismo audiovisual. Imagem impressa, rádio, televisão, cinema*. Lisboa: Dinalivro.
- Marcos, L. H. (1988). Rádios locais: a lei e a realidade. *Cadernos de Jornalismo*. Porto: Centro de Formação de Jornalistas.
- Meditsch, E. (1997). *A Nova Era Do Rádio: O Discurso Do Radiojornalismo Enquanto Produto Intelectual Eletrónico*. (Online). Consultado em outubro de 2020. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditscheduardo-discursoradiojornalismo.html>
- Meditsch, E. (1999). *A Rádio na Era da Informação*. Minerva
- Mendes, R. R. (2011). *A primeira licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) — contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação: Estudo dos Media e Jornalismo. FCSH-UNL. [Online]. Consultado a 22 de novembro de 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7240/1/renato.pdf>
- Meneses, J. P. (2003). Tudo o que se passa na TSF...para um 'Livro de Estilo'. Editorial Jornal de Notícias
- Meneses, J. P. (2016). *Jornalismo radiofónico*. CECS. Universidade do Minho
- Mesquita, M. (1994). A educação para o jornalismo — Uma perspectiva sobre Portugal. *Intercom-Revista Brasileira de Comunicação*, XVII (2), pp. 75-97.
- Mesquita, M. & Ponte, C. (1996-97). *Situação do ensino e da formação profissional na área do jornalismo*. Consultado a 2 de novembro de 2020. [Online]. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/mesquita-mario-ponte-cristina-Cursos-Com1.html>
- Oliveira, F. (1989) Rádios Livres no Minho. Monografia. Escola Superior de Jornalismo do Porto

- Paquete de Oliveira, J. M. (2017). Comunicação social, verso e reverso do país real e imaginário, in Gustavo Cardoso (Org.), *Comunicação e quotidiano*. José Manuel Paquete de Oliveira. Textos e intervenções (1983-2016) (pp.260-285). [Online]. Consultado em 25 de outubro de 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329027208\\_Comunicacao\\_e\\_Quotidiano\\_-\\_Jose\\_Manuel\\_Paquete\\_de\\_Oliveira](https://www.researchgate.net/publication/329027208_Comunicacao_e_Quotidiano_-_Jose_Manuel_Paquete_de_Oliveira)
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal. *Comunicação e Sociedade*, 5, 59-62.
- Pinto, M. & Sousa, H. (2003). *Journalism education at universities and journalism schools in Portugal*. [Online]. Consultado a 16 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pinto-manuel-sousa-helena-ensino-jornalismo1.pdf>
- Prado, E. (1989). *Estrutura da informação radiofônica*. Summus
- Rangel, E. (2008) TSF Um sonho difícil. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.9-11
- Rebello, J. (2011). *Ser jornalista em Portugal, perfis sociológicos*. Gradiva
- Reis, I. (2011). A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Comunicação e Sociedade*. 20, pp.13-28. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/comsoc.20\(2011\).879](https://doi.org/10.17231/comsoc.20(2011).879)
- Reis, A.I. (2014). As rádios piratas em Portugal — contributos para um percurso. Org. Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro, Pedro Portela “*Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*”. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp.9-28. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel\\_9-28.pdf](http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel_9-28.pdf)
- Reis, A.I. & Ribeiro F. & Portela, P. (2014). *Das Piratas À Internet: 25 Anos de Rádios Locais*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. (Online) Consultado em outubro de 2020. Disponível em: [http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel\\_9-28.pdf](http://www.lasics.uminho.pt/netstation/wp-content/uploads/2012/10/Isabel_9-28.pdf)
- Reis, A.I. (2021). A formação e ensino de rádio na década de 80: o contributo das rádios piratas. Org Baptista, C., Sousa, J.P., Azevedo, C. “*Para uma história do jornalismo em Portugal. II*”. ICNOVA — Instituto de Comunicação da Nova. pp.365-382. (Online) Consultado em novembro de 2021. Disponível em: <https://www.icnova.fesh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-em-portugal-ii/>
- Roby, N. (2008). “A Room with a View”. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.13-17
- Santos, F.S. (2008). O dia de fogo. *Tão perto do mundo, 20 anos de acontecimentos em 20 anos da rádio que mudou a rádio*. Prime Book. pp.18-25
- Santos R. (2005). Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade. *Comunicação e Sociedade*, vol. 7, (pp. 137-152)
- Santos, R. (2017). *Estudos de rádio em Portugal*. Universidade Católica Editora
- Santos, R. (2020). *Os microfones da rádio: do Portuense à Delírio*. Minerva Editora
- Serejo, F. (2001). Rádio — do marcelismo aos nossos dias (1968-1990). Para uma história da rádio em Portugal. *Revista Observatório*, novembro nº4, pp.65-95
- Sobreira, R. M. (2003). O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media e Jornalismo*, 3, pp. 67-87.
- Sousa, H. (2000). Políticas da comunicação: reformas e continuidades. (Org) Pinto, M. “*A comunicação e os media em Portugal 1995-1999, cronologias e leituras de tendências*” Departamento de Ciências da Comunicação (pp 31-52)
- Schlesinger, Philip (1977). Os Jornalistas e a sua máquina do Tempo. (Org) Nelson (1999). Traquina “*Jornalismo: Questões, teorias e ‘estórias’*”. Vega, (pp. 178-181)
- Traquina, N. (2004). *A tribo Jornalística, uma comunidade transnacional*. Coleção Media e Sociedade. Editorial Notícias

## Jornais, documentos audiovisuais e multimédia

- 1983  
 “Caos”: o desejo de comunicar (2 de julho de 1983). *Expresso*  
 Os rostos da Rádio Caos (7 de outubro de 1983). *Se7e*  
 Rádios Livres a um passo da legalização (21 de dezembro de 1983). *Diário de Lisboa*
- 1984  
 Emídio Rangel: “Não foi um ar que nos deu...” (20 de junho de 1984) *Se7e*  
 O “Se7e” no “navio-pirata”: TSF gritou “à abordagem!” (20 de junho de 1984) *Se7e*
- 1985  
 Rádio Azul começou na segunda, muita variedade nas emissões de estação local (26 de junho de 1985). *Se7e*  
 Setúbal já ouviu Rádio Azul, Som no Ar sem Lei nem Medo (3 de julho de 1985). *A Capital*  
 Rádio Azul ou o azul da rádio (5 de julho de 1985). *Repórter de Setúbal*  
 Luta pelas frequências adiou legalização das rádios locais (9 de novembro de 1985). *Expresso*
- 1986  
 Contra as duas faces do monopólio multiplicam-se as rádios locais (10 de abril de 1986). *Diário Popular*  
 Os Piratas do Éter (7 de junho de 1986). *Expresso*  
 Parabéns a Vocês (3 de julho de 1986). *Diário Popular*  
 Vem aí a ‘terceira vaga — a ‘hora’ dos profissionais (31 de dezembro de 1986). *Se7e*  
 Informação: o “calcanhar de Aquiles” (31 de dezembro de 1986). *Se7e*
- 1987  
 Livres ou locais: ‘Piratas’ há muitas (9 de janeiro de 1987). *Jornal Ilustrado*  
 Viagem ao mundo das rádios livres (9 de maio de 1987). *Expresso*  
 Piratarías requintadas (9 de maio de 1987). *Expresso*  
 Os sons do dinheiro (29 de agosto de 1987). *Expresso*  
 Formar uma nova geração (29 de agosto de 1987). *Expresso*
- 1988  
 Um projecto sério pela mão de gente nova (19 de janeiro de 1988). *Correio da Manhã*  
 TSF — Rádio Jornal aposta na música e na informação (12 de fevereiro de 1988). *O Jornal*

TSF — Rádio Jornal no ar muito em breve (3 de fevereiro de 1988). *Se7e*  
'Operação silenciamento' cala cerca de 700 rádios privadas. (23 de dezembro de 1988) *O Jornal*  
'Morremos todos se o encerramento durar'. (23 de dezembro de 1988). *Semanário*

1995

A Magia da Rádio, Actual Reportagem. *RTP*. Consultado agosto de 2021. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-magia-da-radio/>

2003-2019

TSF, a história da primeira emissão pirata (2 de março de 2003). *Público*

COOPERAR pelo futuro do jornalismo (Abr/Jun 2007). *Revista JJ*, nº30, p.6-9

Notícia de última hora: o Chiado está a arder (25 de agosto de 2008). *TVI24*. Consultado julho de 2019. Disponível em: <https://tvi24.iol.pt/sociedade/incendio-no-chiado/noticia-de-ultima-hora-o-chiado-esta-a-arder>

20 anos do incêndio Chiado — entrevista a Nuno Roby Amorim e Manolo Bello (8 de fevereiro de 2011). *Jornal das 9. SIC*

Rádios Piratas (2013). Perdidos e Achados. *SIC*

25 anos do incêndio no Chiado: Fogo marcou carreira dos jornalistas que acompanharam a tragédia (23 de agosto de 2013). *Lusa*

Os primeiros jornalistas a chegar ao Chiado no dia 25 de agosto de 1988 (25 de agosto de 2013). *SIC*. Consultado em junho de 2020. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/pais/2013-08-25-Os-primeiros-jornalistas-a-chegar-ao-Chiado-no-dia-25-de-agosto-de-1988>

Rádios Piratas: Dos vãos de escada aos estúdios (2 de junho de 2014). *JPN\_JornalismoPortoNet*, [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/02/radios-piratas-dos-vaos-de-escada-aos-estudios/>

RUP: A liberdade de uma rádio pirata (10 de junho de 2014). *JPN\_JornalismoPortoNet*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-a-liberdade-de-uma-radio-pirata/>

RUP: Dos amadores saiu uma rádio profissional (10 de junho de 2014). *JPN\_JornalismoPortoNet* [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.jpn.up.pt/2014/06/10/rup-dos-amadores-saiu-uma-radio-profissional/>

Adelino Gomes. Um estágio quase perfeito na Rádio Universidade (2 de janeiro de 2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/02/adelino-gomes-radio-universidade/>

Rádios Universitárias. (6 de janeiro de 2019). *REC*. [Online]. Consultado em setembro de 2020. Disponível em: <https://www.reporteremconstrucao.pt/2019/01/06/episodio-1-radios-universitarias/>

Provedor do Ouvinte (24 de julho de 2020). Consultado em janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p3388/e479078/em-nome-do-ouvinte-o-programa-do-provedor-do-ouvinte-v-serie>

### Entrevistas

Adelino Gomes (setembro e outubro de 2019)

António Colaço (janeiro de 2021)

Bernardino Guimarães (novembro de 2019)

Elisabete Caramelo (outubro de 2019)

Francisco Sena Santos (junho de 2019)

Henrique Garcia (dezembro de 2019)

João Paulo Guerra (fevereiro de 2021)

José Faustino (outubro de 2019)

José Manuel Mestre (janeiro de 2021)

José Martins (junho de 2019)

Lúis Costa (outubro de 2019)

Lúis Mendonça (novembro de 2019)

Pedro Brinca (novembro de 2019)

Vasco Lagarto (outubro de 2019)